



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

PDTI – 2016/2018

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Plano Diretor de Tecnologia de Informação 2016-2018

JANEIRO/2016
Versão 5.0



Ministério do Meio Ambiente.
Esplanada dos Ministérios - Bloco B
CEP 70068-900 - Brasília/DF



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

PDTI – 2016/2018



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

AUTORIDADES RESPONSÁVEIS PELA APROVAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO DOCUMENTO:

Ministra de Estado

IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA

Secretário-executivo

CARLOS AUGUSTO KLINK

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

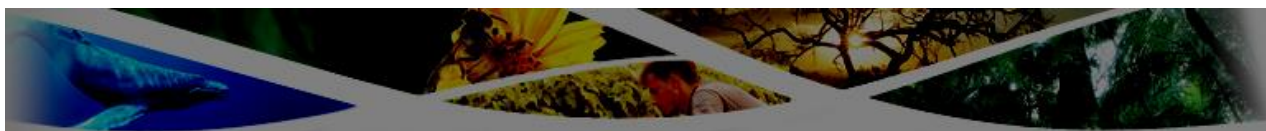
FAUZE MARTINS CHEQUER

Coordenador Geral de Tecnologia da Informação e Informática

JOELZO FRANCISCO DA SILVA

HISTÓRICO DE ALTERAÇÕES

DATA	VERSÃO	DESCRIÇÃO	AUTOR
07/01/2010	1.0	Adaptação do PDTI ao modelo proposto pela STI/MP.	Paulo Henrique
14/01/2010	1.2	Inclusão de cabeçalhos e rodapés, indicação das autoridades, proposta de introdução e reformatação do documento à introdução.	Paulo Henrique
15/01/2010	1.2	Inclusões de novos conteúdos quanto à situação atual e desejada.	Jaime Heleno/Paulo Henrique
08/02/2010	1.2	Ajustes na estrutura do documento.	Jaime Heleno/Paulo Henrique
23/02/2010	1.3	Ajustes na estrutura e revisão de redação no documento.	Jaime Heleno/Paulo Henrique
25/02/2010	1.3	Fechamento da versão com introdução das informações orçamentárias.	Jaime Heleno/Paulo Henrique
26/09/2011	1.4	Revisão PDTI para 2012 – 2013 Enfatização no nível Estratégico e Tático.	Cleiton Oliveira Felipe Santiago Julyane Miranda Érika Pereira
08/11/2011	1.4.1	Inclusão de necessidades para a reunião de 10/11/2011 da SRHU.	Cleiton Oliveira
08/11/2011	1.4.2	Inclusão de necessidades para a reunião de 10/11/2011 da SEDR.	Cleiton Oliveira
11/11/2011	1.4.3	Inclusão de sugestões da SAIC.	Cleiton Oliveira Érika Pereira Comitê de TI
02/04/2013	1.4.4	Revisão do PDTI. Inclusão das demandas apontadas pelo Grupo de Trabalho da Revisão.	Cleiton Oliveira Diego Cavalcanti Felipe Santiago Erika Viegas GT de Revisão
30/04/2013	1.4.5	Alteração do período de vigência com revisão do PDTI, de acordo com a EGTI 2013/2015 – Revisão de formatação e conteúdo.	Grupo de Trabalho para revisão do PDTI
20/05/2013	1.4.6	Alterações de formatação e ajustes de conteúdo.	Jaime Heleno
03/06/2013	2.0	Ajustes das ações e aprovação do PDTI.	Comitê de TI
14/07/2014	3.0	Ajustes e adaptações para modernização.	Ney Barros/Erika Rosa/César Santos
07/05/15	4.0	Ajustes da formatação e estrutura do documento para adequação ao Planejamento Estratégico do Ministério do Meio Ambiente.	Jaime Lisboa/Erika Rosa/Josué Araújo
11/2015	4.1	Revisão do documento, consolidação das demandas e atualização da estrutura do documento para atender as mudanças ocorridas no Planejamento Estratégico Institucional – PEI.	Jaime Lisboa/Erika Rosa/Josué Araújo/Hugo da Luz/Cleiton Oliveira/Mosar Rabelo
01/2016	5.0	Revisão do documento, consolidação das demandas e atualização da estrutura do documento para atender as mudanças ocorridas no Planejamento Estratégico Institucional – PEI, após reunião do Comitê de TI.	Jaime Lisboa/Erika Rosa/Josué Araújo/Hugo da Luz/Cleiton Oliveira/Mosar Rabelo



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. TERMOS E ABREVIACÕES	9
3. METODOLOGIA APLICADA	11
4. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	12
5. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES.....	13
5.1. PRINCÍPIOS RELACIONADOS AO MMA E A TI	13
5.2. DIRETRIZES.....	14
6. ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE.....	15
6.1. ASPECTOS ORGANIZACIONAIS E POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DO MMA.....	15
6.2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MMA	18
6.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIDADE DE TI	19
6.4. ORGANOGRAMA DA CGTI	19
6.5. ATRIBUIÇÕES DA CGTI	19
6.5.1. Coordenação Geral de Tecnologia da Informação e Informática - CGTI ...	19
6.5.2. Coordenação de Serviços de TI - CSTI	20
6.5.2.1. Divisão de Infraestrutura de TI	20
6.5.3. Coordenação de Gestão de Sistemas de Informação - CGSI.....	20
7. RESULTADOS ALCANÇADOS COM A EXECUÇÃO DO PDTI 2013-2015	21
7.1. QUADRO DE RESUMO DAS METAS ALCANÇADAS.....	21
7.2. REFERENCIAL ESTRATÉGICO DE TI	22
7.2.1. Missão	22
7.2.2. Visão.....	22
7.2.3. Valores	22
7.2.4. Objetivos Estratégicos de TIC.....	23
7.2.5. Iniciativas Estratégicas Finalísticas	24
7.2.6. Alinhamento do Planejamento de TI ao Planejamento Estratégico do Ministério do Meio Ambiente.....	28
7.3. ANÁLISE SWOT DA TI ORGANIZACIONAL	28
7.4. LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES	29
7.4.1. Critério de Classificação das Necessidades	29
7.4.2. Inventário de Necessidades de Tecnologia da Informação – <i>Infraestrutura e Parque de Computadores</i>	30



7.4.3. Inventário de Necessidades de Tecnologia da Informação – <i>Serviços de Infraestrutura e Rede</i>	31
7.4.4. Inventário de Necessidades de Tecnologia da Informação – <i>Softwares</i>	32
7.4.5. Inventário de Necessidades de Tecnologia da Informação – <i>Sistemas</i>	33
7.4.6. Inventário de Necessidades de Tecnologia da Informação – <i>Consolidado</i>	34
7.5. PLANO DE METAS E DE AÇÕES DE TIC	36
7.6. PLANO ORÇAMENTÁRIO	45
7.6.1. Manutenção de Contratos de Serviços Continuados	45
7.7. CAPTAÇÃO DA PROPOSTA PLOA 2016	47
7.8. PEDIDO DE EXPANSÃO PLOA 2016	48
7.9. GESTÃO DE PESSOAS	49
7.9.1. Análise Qualitativa de Pessoal de TI	49
7.9.2. Análise Quantitativa de Pessoal de TI	49
7.10. PLANO DE GESTÃO DE RISCOS	51
7.11. PROCESSO DE REVISÃO DO PDTI	51
7.12. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO	52
7.12.1. Elevação do nível de Governança de TI	52
7.12.2. Mapeamento e Modelagem de Processos	52
7.12.3. Capacitação de Pessoal de TI	52
7.12.4. Aquisição de Softwares	53
7.12.5. Gerenciamento da Informação	53
7.12.6. Gerenciamento de Sistemas de Informação	53
7.12.7. Métrica e Qualidade	53
7.12.8. Segurança da Informação e Uso dos Recursos de TI	54
7.12.9. Ferramenta de Gestão de Projetos	54
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55



APRESENTAÇÃO

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI do Ministério do Meio Ambiente é o documento de registro e planejamento das ações de TI para o período de **janeiro de 2016 a dezembro de 2018**, produzido de forma alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional do Ministério do Meio Ambiente, que pode ser utilizado como fonte de pesquisa auxiliar para a elaboração dos Planos Diretores de TI dos Órgãos vinculados, uma vez que possui alinhamento estratégico ao Plano Estratégico Institucional do Ministério.

Para a elaboração do PDTI do MMA, além dos normativos e instrumentos legais relacionados ao planejamento de TI, também foi utilizado como documento de referência, no que coube, o Manual de Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, publicado pela STI/MP.

Este Plano contempla toda a estrutura organizacional do Ministério do Meio Ambiente e, portanto, deve conter todas as ações estratégicas de TI necessárias ao alcance de metas institucionais de todas as Secretarias do Ministério, excetuando-se as ações dos órgãos vinculados e do Serviço Florestal Brasileiro – SFB, que não tiverem características de integração ou cooperação com as ações do MMA.

Este Plano deve servir para as vinculadas como documento de divulgação do planejamento de TI do Ministério e, portanto, uma diretriz com a qual suas ações deverão estar alinhadas. Constam aqui, as ações de TI que serão executadas em parceria com os Órgãos vinculados, tais como a integração entre os sistemas ambientais e demais ações que necessitem do uso de recursos de TI do MMA e de suas vinculadas, as quais possuem representantes no Comitê de Tecnologia da Informação do MMA (SFB - Serviço Florestal Brasileiro, IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, JBRJ - Jardim Botânico do Rio de Janeiro, ICMBio - Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e Conservação e ANA – Agência Nacional de Águas).

As ações de Tecnologia da Informação foram alinhadas às iniciativas estratégicas previstas no Planejamento Estratégico do MMA – PEI (2014-2022) que por sua vez possui total alinhamento aos instrumentos de planejamento do Governo Federal.

O presente documento deverá passar por revisões anuais, podendo ocorrer inclusões de ações a qualquer tempo desde que aprovadas pelo Comitê de Tecnologia da Informação, ou pela autoridade máxima do Ministério do Meio Ambiente.



1. INTRODUÇÃO

Devido ao seu alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) possui características do nível estratégico e tático, dispensando a elaboração de um Plano Estratégico de TI. Desta forma, torna-se o principal instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos de Tecnologia da Informação e visa atender às necessidades tecnológicas e de informação do Ministério do Meio Ambiente para o período de janeiro de 2016 a dezembro de 2018, sendo, portanto essencial para o planejamento de ações e também para aquisições e contratações de TI, conforme prevê o artigo 4º da Instrução Normativa Nº 04 de 11 de setembro de 2014, *In Verbis*:

*“Art. 4º As contratações de que trata esta IN deverão ser precedidas de planejamento, elaborado em harmonia com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI.
§ 1º O PDTI deverá estar alinhado à EGTIC e ao plano estratégico institucional e aprovado pelo Comitê de Tecnologia da Informação do órgão ou entidade”.*

Quando da elaboração da versão do PDTI 2013-2015 do Ministério do Meio Ambiente, o alinhamento institucional teve como base os documentos estratégicos do Órgão e do Governo Federal, dentre eles, o PPA, a Estratégia Geral de TI – 2011/2012 e o Plano de Metas 2011-2012 da CGTI, bem como, no que coube, à EGTI 2013-2015, pelo fato de que não existia um documento de planejamento estratégico institucional naquele cenário.

A partir de 2015, as revisões passaram a ser vinculadas também ao Planejamento Estratégico Institucional do MMA, devido à sua implantação em 2014.

Em janeiro de 2016, um Plano de Trabalho, anexo a este PDTI, foi assinado pelo Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e pelo Secretário da Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, cujas metas estão distribuídas em três grupos: Projetos Estratégicos, Estratégia de Governança Digital e Projetos Estruturantes. Este Plano de Trabalho foi utilizado como referência para o registro das ações.



2. TERMOS E ABREVIACÕES

A3P	Agenda Ambiental da Administração Pública
ANA	Agência Nacional de Águas
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CGTI	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação e Informática
CNUC	Cadastro Nacional das Unidades de Conservação
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DAP	Departamento de Áreas Protegidas
DGE	Departamento de Gestão Estratégica
DPG	Departamento do Patrimônio Genético
DRS	Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável
ETI	Estratégia de Tecnologia da Informação
GM	Gabinete da Ministra
GT	Grupo de Trabalho
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade
IEF	Iniciativa Estratégica Finalística
MDS	Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PDA	Projetos Demonstrativos
PDPI	Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEI	Plano Estratégico Institucional
SAIC	Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental
SBF	Secretaria de Biodiversidade e Florestas
RAE	Reunião de Análise Estratégica
SEDR	Secretaria de extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
SFB	Sistema Florestal Brasileiro
SINIMA	Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente
SINIR	Sistema Nacional sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos
SISGEN	Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SMCQ	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
SRHU	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação





3. METODOLOGIA APLICADA

O processo de elaboração do PDTI 2016-2018 tem como essência a Metodologia Balanced Scorecard – BSC (desenvolvida pelos professores Robert Kaplan e David Norton, da Harvard Business School), ajustes e revisões das versões anteriores do PDTI do MMA e implementações advindas da Estratégia Geral de Tecnologia da Informação 2013/2015.

O período de abrangência do PDTI, janeiro de 2016 a dezembro de 2018, teve como justificativa o fato de que a execução de projetos relacionados à implementação de ações estruturantes, em sua maioria, ultrapassa mais de um exercício, dificultando o planejamento de alguns projetos dentro do plano de metas do PDTI, cujo período seja inferior a 02 (dois) anos.

Desta forma, observando-se o histórico de execução das versões anteriores do PDTI do Ministério, ficou constatado que a utilização de um período de 03 (três) anos, tal como utilizada na última versão, melhor se adequa às características institucionais do MMA.

As demandas das áreas administrativas e finalísticas deste Ministério foram mapeadas de forma vinculada ao Planejamento Estratégico do MMA, resultando em um rol de necessidades divididas em cinco perspectivas alinhadas à EGTIC 2013-2015:

- a. **Pessoas, Aprendizado e Crescimento:** necessidades relacionadas ao desenvolvimento de pessoas e de estruturação da organização;
- b. **Financeiro:** necessidades relacionadas à gestão orçamentária;
- c. **Processos Internos:** objetivos relacionados às ações internas estruturantes e de apoio direto ao alcance da visão da Instituição;
- d. **Governo Federal:** relacionados aos resultados pretendidos pelo MMA para o Governo;
- e. **Sociedade:** reúne os resultados tangíveis da estratégia que impactam na sociedade.

Além da distribuição das demandas por grupos temáticos, foram efetuadas as análises de prioridades para cada uma delas pelas áreas de negócio e depois por grupos temáticos.

Para identificar a necessidade específica de cada Secretaria e consolidar o seu atendimento por meio de Iniciativas Estratégicas orientadas aos princípios e diretrizes institucionais, além das reuniões presenciais, foi utilizada a ferramenta de gestão de conhecimento Biosfera, para a revisão das demandas junto às secretarias onde todos os membros do Comitê de TI do MMA, tiveram acesso aos documentos para opinarem e consolidar suas demandas, possibilitando assim, a consolidação do documento final do PDTI 2015-2018 alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional.



4. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Abaixo segue a relação dos documentos utilizados como fonte de referência para a elaboração do PDTI – 2016-2018.

Id	Documentos
1	Decreto-lei nº 200/1967
2	Lei nº 6.938 de 31 de dezembro de 1981 – Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.
3	Decreto nº 2.271/1997
4	Constituição Federal 1988
5	Instrução Normativa STI MP nº 01 de 19/01/1990
6	Decreto 99.658/1990, no que couber.
7	Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003
8	Decreto nº 6.101 de 26 de abril de 2007 – Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Meio Ambiente
9	Lei 11.653 de 07 de abril de 2008 – Plano Plurianual do período 2008/2011
10	Portaria nº 197 de 08 de julho de 2008 – Regulamenta a utilização dos serviços corporativos disponíveis na rede de computadores do MMA
11	Decreto nº 6.666 de 27 de novembro de 2008, que institui no âmbito do Poder Executivo Federal, a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE).
12	Portaria nº 160, de 19 de maio de 2009 – Política de Informação do Ministério do Meio Ambiente.
13	Portaria nº 80 de 11 de setembro de 2009 – Plano de Metas do Comitê de Tecnologia da Informação 2009/2010
14	Padrões Brasil E-Gov – Versão 1.2, dezembro 2009
15	E-Ping – Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico
16	Acórdão 1912/2009-Plenário – TCU ao MMA
17	IBGE, 2010 – Manual do usuário – Geonetwork http://www.metadados.geo.ibge.gov.br/geonetwork/srv/br/ibgeSupport .
18	PDTI 2010-2011
19	Instrução Normativa STI/MP nº 04/2014
20	EGTIC – 2013/2015
21	Modelo de Acessibilidade do Governo Eletrônico
22	Política de Segurança da Informação do MMA
23	PDTI 2013 a 2015, versão 2.0
24	Planejamento Estratégico do MMA - versão final: 2014
25	Guia de Elaboração do PDTI, V 1.0 - STI
26	Guia de Elaboração do PDTI, V 2.0 - STI
27	Decreto nº 8.638 de 15 de janeiro de 2016, que institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.



5. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

5.1. PRINCÍPIOS RELACIONADOS AO MMA E A TI

PRINCÍPIOS		FONTE
P1	SINIMA como integrador de todas as soluções no âmbito do SISNAMA Os Sistemas ou Serviços (Web Service), construídos no âmbito do MMA, devem seguir suas diretrizes básicas do SINIMA.	Lei 6.938 de 31/08/1981 Portaria STI/MP nº 05 de 14 de julho de 2005
P2	Adoção de Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico. Os sistemas e serviços de TI do MMA devem estar de acordo com normas de acessibilidade (e-Mag) e interoperabilidade do Governo Eletrônico (e-Ping), incluindo os padrões de governança.	Portaria STI/MP nº 05 de 14 de julho de 2005
P3	Foco dos servidores da CGTI na gestão e governança de TI. As atividades dos servidores da Coord. Geral de TI devem ser voltadas à fiscalização de contratos, planejamento, gestão e melhoria de processos internos.	Decreto lei nº 200/1967, art 10, § 7º e § 8º Decreto nº 2.271/1997
P4	Alinhamento das ações de TI ao Planejamento Estratégico Institucional do MMA. Planejamento dos investimentos de hardware e software seguindo políticas, diretrizes definidas em instrumentos legais e voltadas ao atingimento das metas Institucionais, seguindo o previsto no PDTI.	Decreto nº 2.271/1997 Acórdão TCU 1603/2008-P Acórdão TCU 1.558/2003-P IN nº 04/STI/MP/2014
P5	Mapeamento dos processos de TI, adotando-se ambiente de Gestão de Processos de Negócio – BPM e arquitetura orientada a serviços (SOA).	COBIT, ITIL Acórdão TCU 1603/2008-P
P6	Análise de viabilidade de implantação de softwares do Portal do Softwares Público para atender as solicitações de sistemas com a otimização dos recursos disponíveis. O desenvolvimento, customização ou aquisição de novos sistemas deverá ser precedido de consulta ao Portal de Software Público do Governo Federal.	IN nº 01 STI/MP/2011 IN nº 04/STI/MP/2014
P7	Utilização de Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas (MDS) institucional para a padronização, integridade e segurança das informações no âmbito do MMA. Os sistemas desenvolvidos sob gestão do MMA devem obedecer a MDS definida pelo MMA, conforme disposta no link: http://www.mma.gov.br/mds .	Lei 6.938 de 31/08/1981 Portaria STI/MP nº 05 de 14 de julho de 2005
P8	Política de aquisição, substituição e descarte de Bens de TI. As aquisições de TIC deverão obedecer às normas de sustentabilidade e uso sustentável dos equipamentos, com o descarte adequado visando reduzir os impactos ambientais relacionados aos equipamentos de TIC.	IN nº 01 STI/MP/2010 Decreto 99.658/1990
P9	As ações de TI deverão observar a Política de Segurança da Informação e normas complementares além da legislação pertinente ao assunto.	IN 01/2010 da GSIPR - 06/05/2010 - Segurança da Informação e Comunicações
P10	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do MMA – Observar o diagnóstico, as metas e as diretrizes para a destinação adequada de resíduos eletroeletrônicos.	Lei nº 12.305/2010 – Instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.



5.2. DIRETRIZES

Id	DIRETRIZES
D01	Promover o cumprimento das normas de acessibilidade (e-Mag) e interoperabilidade do Governo Eletrônico (e-Ping) em todos os processos de desenvolvimento de sistemas do MMA.
D02	Promover o SINIMA como diretriz principal de integração de todas as soluções no âmbito do SISNAMA.
D03	Aprimorar o desenvolvimento de pessoas de TIC no âmbito do Planejamento Estratégico, Governança e Inovação Tecnológica.
D04	Promover a Governança de TIC no Ministério do Meio Ambiente.
D05	Promover a melhoria continuada dos sistemas de informação do Ministério do Meio Ambiente.
D06	Manter os processos internos de TIC mapeados, formalizados, mensurados e otimizados.
D07	Promover a adoção de práticas sustentáveis no âmbito de TIC.
D08	Preferência pelas modalidades de licitação que ampliam a concorrência e garantam maior transparência ao processo de contratação.
D09	Atualização contínua da infraestrutura de TI.
D10	Assegurar a padronização, a integridade e a segurança das informações Institucionais.
D11	Prover infraestrutura de alta disponibilidade para os principais serviços de TI.



6. ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

6.1. ASPECTOS ORGANIZACIONAIS E POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DO MMA

A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, constituiu como área de competência do Ministério do Meio Ambiente os seguintes assuntos:

- I - Política nacional do meio ambiente e dos recursos hídricos;
- II - Política de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, e biodiversidade e florestas;
- III - proposição de estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais;
- IV - Políticas para a integração do meio ambiente e produção;
- V - Políticas e programas ambientais para a Amazônia Legal; e
- VI - Zoneamento ecológico-econômico.

O MMA teve a sua estrutura regimental regulamentada pelo Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007 que estabeleceu a seguinte estrutura organizacional:

- I - Órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado:
 - a) Gabinete;
 - b) Secretaria-Executiva:
 - 1. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração;
 - 2. Departamento de Gestão Estratégica;
 - 3. Departamento de Articulação de Ações da Amazônia;
 - 4. Departamento de Economia e Meio Ambiente;
 - 5. Departamento de Fomento ao Desenvolvimento Sustentável;
 - 6. Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento; e
 - 7. Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente.
 - c) Assessoria de Assuntos Internacionais; e
 - d) Consultoria Jurídica;
- II - Órgãos específicos singulares:
 - a) Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental:
 - 1. Departamento de Mudanças Climáticas;
 - 2. Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental; e
 - 3. Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria;
 - b) Secretaria de Biodiversidade e Florestas:
 - 1. Departamento de Conservação da Biodiversidade;
 - 2. Departamento de Florestas;
 - 3. Departamento de Áreas Protegidas; e
 - 4. Departamento do Patrimônio Genético;
 - c) Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano:
 - 1. Departamento de Recursos Hídricos;
 - 2. Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas; e
 - 3. Departamento de Ambiente Urbano;
 - d) Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável:
 - 1. Departamento de Extrativismo;
 - 2. Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável; e
 - 3. Departamento de Zoneamento Territorial;

- e) Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental:
 1. Departamento de Coordenação do Sistema Nacional do Meio Ambiente;
 2. Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental; e
 3. Departamento de Educação Ambiental;

III - Órgãos colegiados:

- a) Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA;
- b) Conselho Nacional da Amazônia Legal -CONAMAZ;
- c) Conselho Nacional de Recursos Hídricos;
- d) Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente;
- e) Conselho de Gestão do Patrimônio Genético;
- f) Comissão de Gestão de Florestas Públicas; e
- g) Comissão Nacional de Florestas - CONAFLOR;

IV - Serviço Florestal Brasileiro - SFB;

V - Entidades vinculadas:

- a) Autarquias:
 1. Agência Nacional de Águas - ANA;
 2. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Rec. Naturais Renováveis - IBAMA;
 3. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio;
 4. Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ;
- b) Empresa pública: Companhia de Desenvolvimento de Barcarena - CODEBAR.

Na figura 1, o organograma pode ser visto de maneira esquemática:

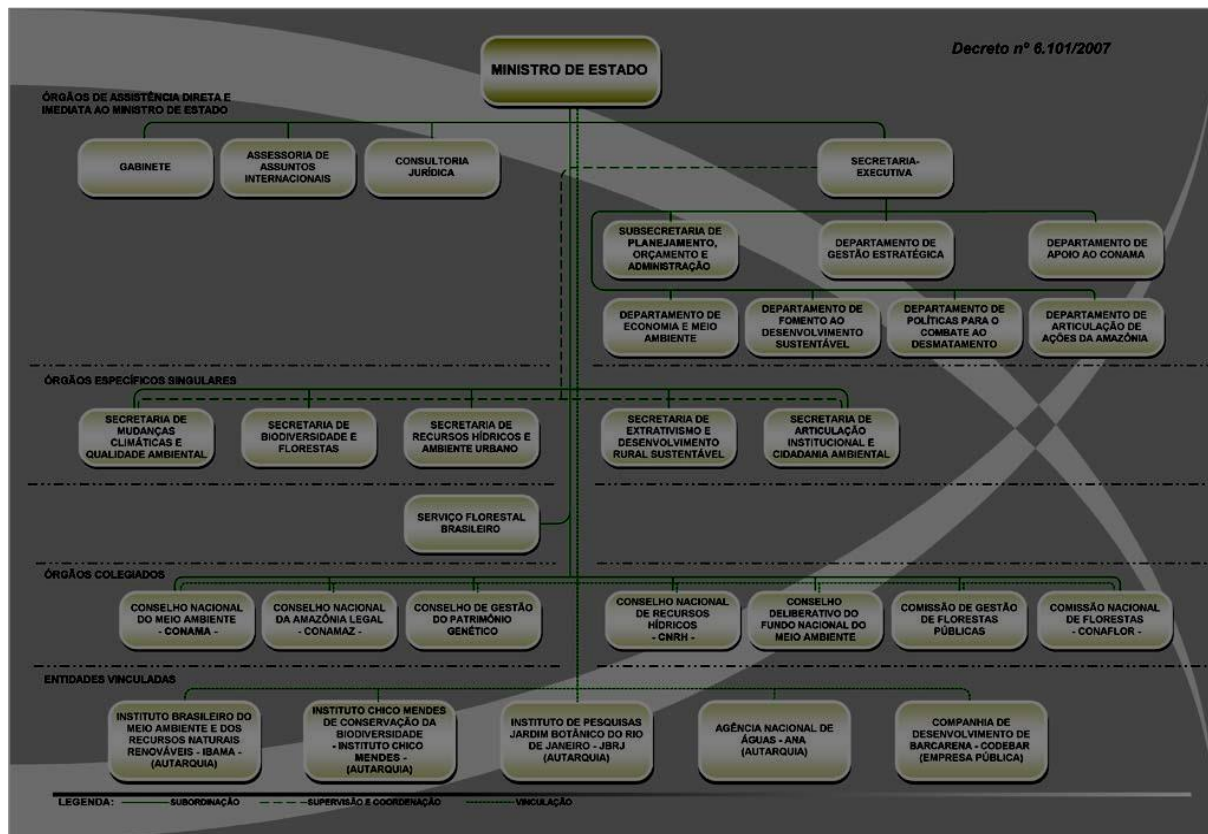


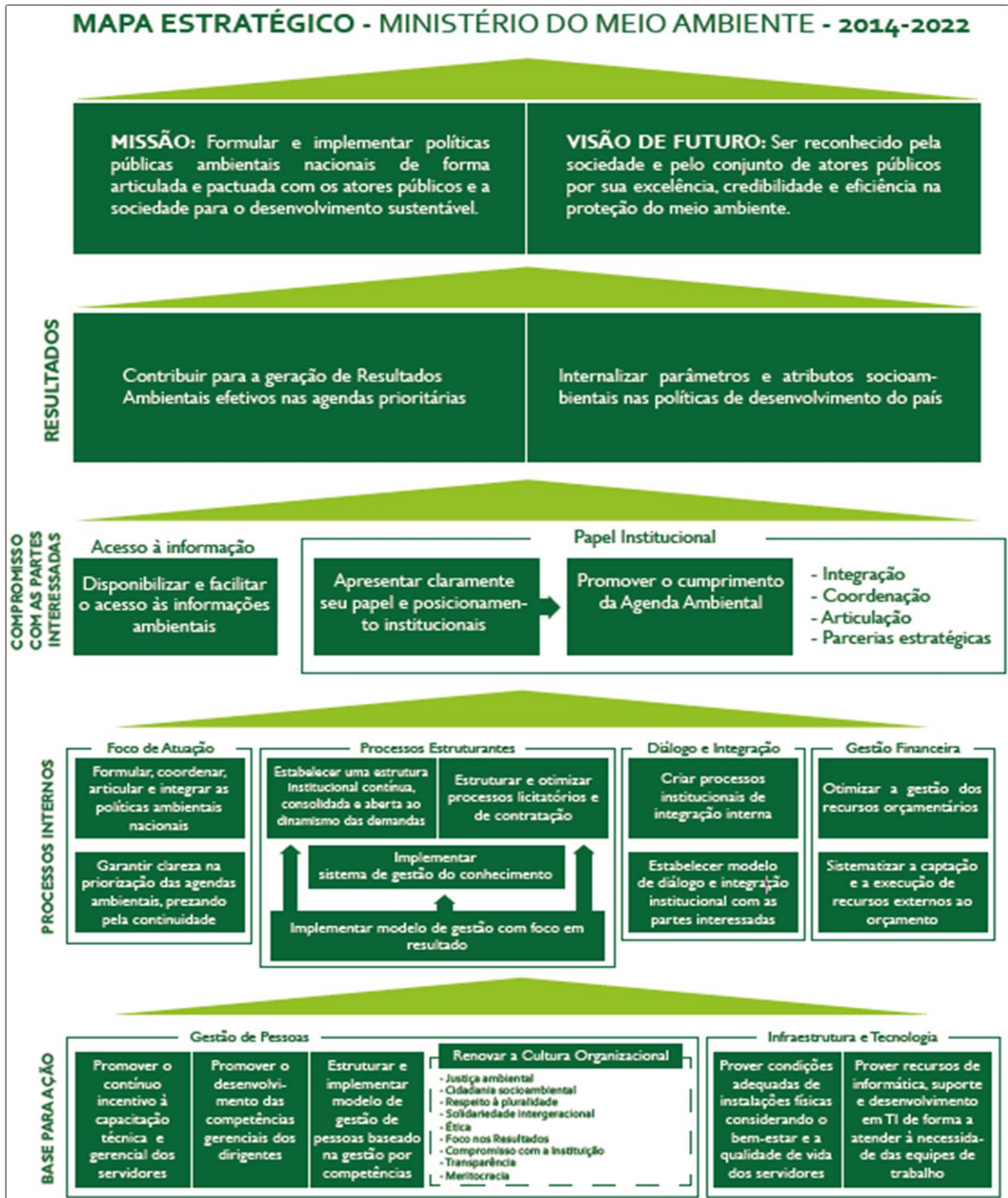
Figura 1 - Organograma do Ministério do Meio Ambiente





6.2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MMA

Em 2014, o Ministério implementou o planejamento estratégico institucional, principal instrumento de alinhamento estratégico das ações de TIC às metas e objetivos de negócio cujo mapa estratégico consta da figura a seguir:



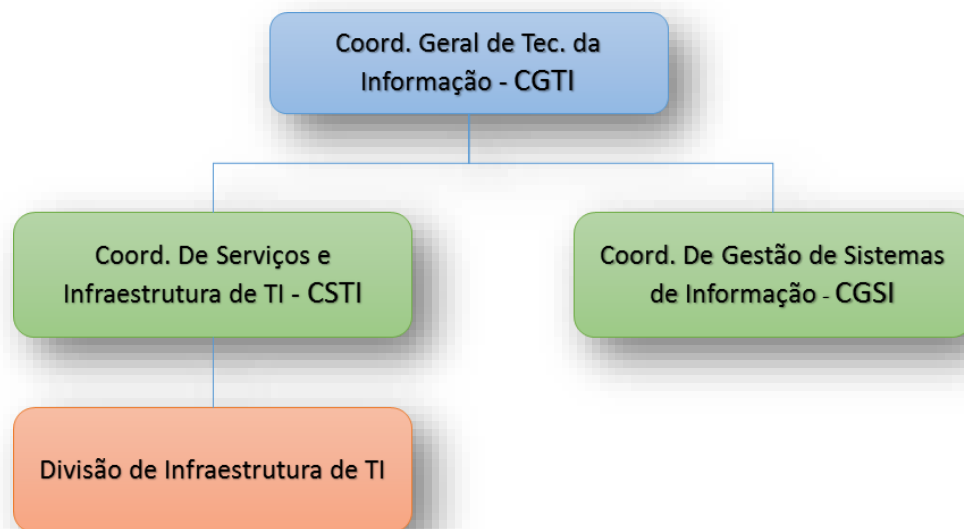


6.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIDADE DE TI

A CGTI está subordinada à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA, que por sua vez é subordinada à Secretaria-executiva do MMA.

6.4. ORGANOGRAMA DA CGTI

A CGTI é composta da seguinte forma: 01 (uma) Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (DAS 101.4), Coordenação de serviços de TI - CSTI (DAS 102.3), Coordenação de Gestão de Sistemas de Informação – CGSI e uma Divisão de Infraestrutura de TI.



6.5. ATRIBUIÇÕES DA CGTI

As atribuições e responsabilidades da Coordenação de Geral de Tecnologia da Informação e Informática – CGTI, tem por base o Decreto nº 6.101 de 26/04/2007 e a Portaria nº 197 de 08/07/2008.

6.5.1. Coordenação Geral de Tecnologia de Informação e Informática - CGTI

- Administrar, planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas à administração dos recursos de informação e informática, no âmbito do Ministério;
- Implementar sistemas de informações necessários às ações do Ministério;
- Planejar e definir padrões, diretrizes, normas e procedimentos relacionados com a administração dos recursos de informação e contratação de bens e serviços de informática, no âmbito dos órgãos e entidades do Ministério; e
- Promover a implementação de tecnologia de informações gerenciais.



6.5.2. Coordenação de Serviços de TI - CSTI

Assessorar a Coordenação Geral e demais áreas de TI, quanto às questões de gestão de serviços e infraestrutura de TI, especialmente nas atividades de:

- a) Planejamento Estratégico;
- b) Fiscalização e Gestão de Contratos;
- c) Gestão Documental;
- d) Avaliação de propostas de soluções de Tecnologia da Informação;
- e) Gestão de qualidade de serviços;
- f) Governança de TI;
- g) Secretaria Executiva de Comitê de TI e de Segurança da Informação.

6.5.2.1. Divisão de Infraestrutura de TI

Assessorar a Coordenação Geral e demais áreas da CGTI, quanto às questões de infraestrutura e segurança da informação, especialmente nas atividades de:

- a) Fiscalização, medição e ateste de serviços de infraestrutura de TI;
- b) Gestão de conflitos pertinentes à infraestrutura TI;
- c) Avaliação de propostas de soluções de segurança da informação;
- d) Implementação de regras e procedimentos de segurança da informação;
- e) Gestão de recursos de Sustentação de sistemas e serviços de TI.

6.5.3. Coordenação de Gestão de Sistemas de Informação - CGSI

Assessorar a Coordenação Geral e demais áreas de TI, quanto às questões de gestão de sistemas de informação, especialmente nas atividades de:

- a) Escritório de Projetos de Sistemas e Portais;
- b) Fiscalização, medição e ateste de serviços de desenvolvimento de sistemas e portais;
- c) Gestão de conflitos pertinentes ao desenvolvimento de sistemas e portais;
- d) Gestão de soluções de integração de informações ambientais;
- e) Avaliação de propostas de soluções de Tecnologia da Informação; e
- f) Elaboração de soluções de TI para a gestão de sistemas, portais e serviços relacionados.

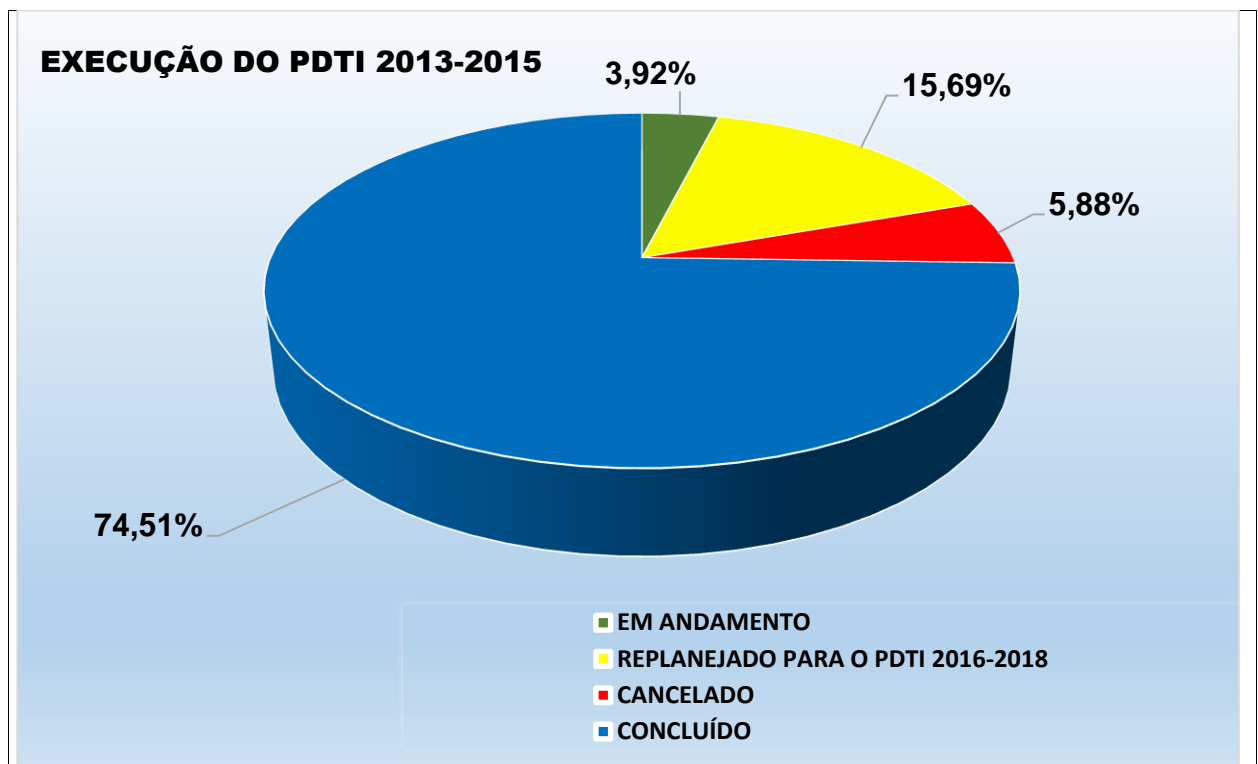


7. RESULTADOS ALCANÇADOS COM A EXECUÇÃO DO PDTI 2013-2015

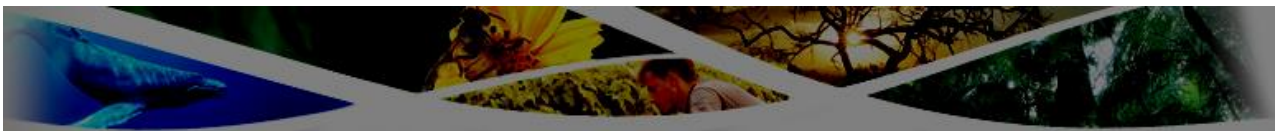
7.1. QUADRO DE RESUMO DAS METAS ALCANÇADAS.

RESUMO DE ACOMPANHAMENTO DAS METAS DO PDTI 2013-2015		
Situação Atual	Quant.	Alcançado
Concluídas	38	74,51%
Em Andamento	02	3,92%
Replanejadas para o PDTI 2016-2018	08	15,69%
Canceladas	03	5,88%
Total	51	100%

Das 51 metas, 40 foram concluídas ou estão em andamento, o que corresponde a 78,43% do total das ações. Dentre elas, 38 foram concluídas o que corresponde a 74,51% e 02 ainda estão em fase de andamento correspondendo a 3,92% do total. Considerando que 3 metas foram canceladas, correspondendo a 5,88% do total.



A planilha constante do Anexo VI – Relatório de Execução do PDTI 2013-2015 apresenta todas as metas, de forma mais detalhada, quanto ao nível de execução das metas constantes do Plano de Metas do último PDTI até dezembro de 2015.



7.2. REFERENCIAL ESTRATÉGICO DE TI

7.2.1. Missão

“Garantir que a Tecnologia da Informação seja uma ferramenta estratégica de excelência para uso do Ministério do Meio Ambiente na consecução de sua missão e visão de futuro”.

7.2.2. Visão

“Ser referência nacional no âmbito do Governo Federal em Tecnologia da Informação e Inovação Tecnológica com o uso de práticas sustentáveis”.

7.2.3. Valores

- a. Ética;
- b. Compromisso com o resultado do cliente;
- c. Desenvolvimento sustentável;
- d. Melhoria contínua;
- e. Eficiência;
- f. Efetividade;
- g. Inovação.

As informações relevantes para o direcionamento do trabalho de todas as áreas da CGTI estão relacionadas a cinco parâmetros essenciais, instituídos como o “painel de controle” da CGTI:

- a. Qualidade técnica dos serviços e produtos ofertados;
- b. Tempo de resposta;
- c. Custo;
- d. Percepção dos usuários da CGTI;
- e. Percepção dos servidores e funcionários da CGTI.



7.2.4. Objetivos Estratégicos de TIC

Visão: “Ser referência nacional de qualidade no âmbito do Governo Federal em Tecnologia da Informação e Inovação Tecnológica com o uso de práticas sustentáveis”.

PERSPECTIVAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE TIC	
	ID	DESCRIÇÃO
SOCIEDADE	ETI-01.SO	Disponibilizar ferramentas que apoiem as Secretarias quanto à transparência e divulgação das políticas públicas do Ministério, participação popular e suporte ao cumprimento da Lei de Acesso a Informação - LAI.
	ETI-02.SO	Prover soluções de TIC capazes de auxiliar as Secretarias na implementação das políticas públicas e a disponibilização de serviços e benefícios ao cidadão.
GOVERNO	ETI-03.GO	Promover práticas e procedimentos previstos em leis e outros instrumentos normativos relacionados ao desenvolvimento sustentável no que tange as ações de TIC.
	ETI-04.GO	Garantir o suporte tecnológico para a implementação das ações definidas no âmbito do SINIMA
	ETI-05.GO	Implementar o uso de padrões tecnológicos definidos no âmbito do Governo Federal
	ETI-06.GO	Implementar infraestrutura de TIC, capaz de hospedar demandas internas e sistemas ambientais desenvolvidas por órgãos vinculados definidos como essenciais para a implementação das políticas públicas de interesse do Ministério do Meio Ambiente.
PROCESSOS INTERNOS	ETI-07.PI	Implementar processos ITIL para a melhoria contínua da qualidade dos serviços de TI.
	ETI-08.PI	Elevar o nível de governança de TI por meio da implementação dos processos e boas práticas de mercado recomendada pelos Órgãos de Controle da APF.
	ETI-09.PI	Implementar processos de melhoria das ferramentas de gestão e de controle relacionadas à segurança da informação.
	ETI-10.PI	Elevar o nível de gestão de projetos nas áreas de TI.
	ETI-11.PI	Melhorar os procedimentos de elaboração de TR e demais documentos de contratação para elevar o nível da qualidade dos documentos e reduzir falhas e atrasos de processos de contratações.
	ETI-12.PI	Implementar ferramentas de gestão e controle dos recursos de infraestrutura de TIC para a otimização dos recursos e evolução continuada necessária ao alcance das metas institucionais do MMA.
FINANCEIRA	ETI-13.FI	Melhorar a gestão orçamentária e financeira de TIC, adotando as melhores práticas de mercado para o uso eficiente dos recursos, optando sempre por soluções de TI que alcancem a melhor relação custo x benefício para o MMA.
	ETI-14.FI	Sensibilizar as Secretarias quanto à necessidade de discutir a redistribuição orçamentária, para garantir a reserva de recursos para as ações de TI que contemplem os projetos das áreas finalísticas.
DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO	ETI-15.DP	Garantir a atualização do parque tecnológico, disponibilizando hardwares, softwares e demais recursos de TI necessários para que os colaboradores possam desenvolver suas atividades laborais com qualidade.
	ETI-16.DP	Elevar o nível de conhecimento técnico e gerencial dos colaboradores das áreas de TI do MMA.
	ETI-17.DP	Aprimorar a gestão por competência de modo a melhorar as ações de capacitação e retenção de pessoal de TI e prover suporte técnico necessário para as ações de capacitação dos diversos colaboradores do MMA.
	ETI-18.DP	Garantir ambiente de trabalho adequado para as atividades laborais desenvolvidas pelos colaboradores das áreas de TI do MMA.

MISSÃO: Garantir que a Tecnologia da Informação seja uma ferramenta estratégica de excelência para uso do Ministério do Meio Ambiente na execução de sua missão e consecução da visão de futuro.



7.2.5. Iniciativas Estratégicas Finalísticas

Embora o foco ilustrativo deste tópico esteja voltado para as macro entregas, o levantamento das demandas envolveu o estudo das subentregas divulgadas na última RAE realizada em dezembro de 2015.

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS FINALÍSTICAS		
FONTE: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL - 2014-2022		
ID	MACRO NECESSIDADES FINALÍSTICAS	ENTREGAS
IEF-01	CONTRIBUIR PARA A CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE POR MEIO DA ELEVAÇÃO DA RENDA E INCLUSÃO SOCIOAMBIENTAL E PRODUTIVA.	Renda de famílias em extrema pobreza elevada, por meio do Programa Bolsa Verde e de ações de Capacitação em Unidades de Conservação Federal, Assentamentos e Áreas Ribeirinhas, garantindo a conservação da Floresta.
		Unidades de conservação de uso sustentável federais, territórios de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar beneficiados com ações de inclusão socioambiental e produtiva.
		Ações de gestão integrada nas políticas públicas agroambiental implementadas.
		Política Nacional de Combate à Desertificação e mitigação dos efeitos da Seca (Lei 13.153/2015) implementadas.
IEF-02	PROMOVER A AGENDA NACIONAL DE MITIGAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA.	Sistema Modular de Monitoramento e Acompanhamento das Reduções de Emissões de GEE (SMMARE) desenvolvido e gerando relatórios (até 2019).
		Estratégia de fortalecimento da eficiência e eficácia do financiamento de ações de mitigação no Brasil implementada e cooperação internacional aprimorada (até 2020).
		Plano de Ação para implementação da contribuição nacionalmente determinada (INDC) brasileira elaborado (até 2020).
		Plano de ação para internalizar as decisões da Conferência das Partes (COP21) estabelecido.
		Monitoramento, prevenção e controle do desmatamento nos biomas Brasileiros aprimorado.
		Estratégia Nacional para a Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal (ENREDD+) implementada.
IEF-03	PROMOVER A AGENDA NACIONAL DE ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA.	Plano Nacional de Adaptação (PNA) elaborado e implementado (até 2019).
		Estratégia de fortalecimento da eficiência e eficácia do financiamento de ações de mitigação no Brasil implementada (até 2020).
		Plataforma de gestão do conhecimento e informação sobre a adaptação à mudança do clima elaborada e disponibilizada (até 2022).
		Ações de gestão integrada nas políticas públicas agroambientais implementadas.
IEF-04	IMPLEMENTAÇÃO, COORDENAÇÃO E APOIO AOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO, PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA, EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL.	Instituições, gestores e sociedade formados e capacitados em educação ambiental.
		Fortalecimento da capacidade institucional instalada no MMA em Educação a Distância (EaD) para o apoio na implementação de Políticas Públicas Ambientais.
IEF-05	IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO PARA A PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS.	Compras públicas sustentáveis ampliadas.
		Parceiras com o setor público, privado e sociedade organizada estabelecida por meio dos acordos, pactos e iniciativas voluntárias celebrados no contexto do PCS.
		Agenda de Responsabilidade Socioambiental na Administração Pública Implementada (A3P).



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS FINALÍSTICAS FONTE: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL - 2014-2022		
ID	DESCRIÇÃO	ENTREGAS
IEF-06	ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS E MECANISMOS DE ARTICULAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE - SISNAMA E DAS INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA A GESTÃO INTEGRADA E DESCENTRALIZADA DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS NACIONAIS.	Processos de integração e descentralização das Políticas Ambientais Nacionais estruturados.
		Processo de implementação da Agenda 2030 apoiado pelos resultados da Agenda 21.
		Instâncias de participação qualificadas para a implementação integrada de Políticas Ambientais Nacionais.
IEF-07	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE DESSALINIZAÇÃO EM CONFORMIDADE COM A METODOLOGIA DO PROGRAMA ÁGUA DOCE.	Diagnóstico Socioambiental e técnico realizado em comunidades (dez/2015).
		Sistemas de dessalinização implantados e/ou recuperados (dez/2016).
		Fornecimento contínuo e a qualidade da água garantidos por meio de manutenção preventiva dos sistemas de dessalinização (dez/2017).
IEF-08	COORDENAÇÃO DA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DO PLANO NACIONAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO (PNGC), EM SUAS COMPETÊNCIAS NA ESFERA FEDERAL.	Macro diagnóstico de 100% da Zona Costeira - ZC atualizado (set/2021).
		Número de municípios costeiros com adesão ao Projeto Orla ampliado de 5% para 20% (dez/2019).
		Execução do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira - ZC (PAF-ZC) monitorada (jun/2018).
IEF-09	ELABORAÇÃO DAS DIRETRIZES AMBIENTAIS NO ÂMBITO DE INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO E DIFUNDI-LAS, PRIORITARIAMENTE, NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES.	Política Federal de Gestão Ambiental Urbana (PFGAU) proposta (dez/2016).
		Roteiro Metodológico de zoneamento Ambiental em escala municipal elaborado subsidiando a revisão de planos diretores e iniciativas piloto implementadas (dez/2018).
		Inserção da dimensão ambiental em instrumentos de planejamento urbano difundida em cerca de 580 municípios com população acima de 50 mil habitantes (dez/2022).
IEF-10	FORMULAÇÃO E APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E DO RESPECTIVO SISTEMA DE GERENCIAMENTO VISANDO PROMOVER A DISPONIBILIDADE DE ÁGUA EM QUALIDADE E QUANTIDADE PARA OS USOS MÚLTIPLOS.	Sistema de Gerenciamento Orientado para Resultados do Plano Nacional de Recursos Hídricos Implementado.
		Revisões Quadrienais do PNRH realizadas com a indicação de prioridades nacionais para a gestão das águas (2020).
		Apoio e acompanhamento da elaboração e revisão dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PEHs) à cobertura do território nacional (2019).
		Avaliação do instrumento de enquadramento dos corpos hídricos (PE) e concepção de estratégias para promover o enquadramento realizado.
		Fortalecimento dos entes do SINGREH (Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos), por meio da articulação intersetorial e do apoio das estruturas de colegiados (2019).
Promover a conservação, a recuperação e o uso racional dos recursos hídricos, por meio da indução de boas práticas de uso de água e solo e da revitalização de Bacias Hidrográficas (SRB/SRHU).		
IEF-11	CONTROLE DAS EMISSÕES ATMOSFÉRICAS DE POLUENTES, POR MEIO DE AÇÕES REGULATÓRIAS E DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS, PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DO AR (Plano Nacional de Qualidade do Ar elaborado e Programas do Plano Implementados).	Plano Nacional de Qualidade do Ar elaborado e encaminhado para promulgação em Decreto (dez/2016).
		Programa Nacional de Inventários de Emissões Atmosféricas de Poluentes implementado (jul/2017).
		Programa Nacional de Controle da Poluição Industrial (PROCONPI) elaborado e implementado (dez/2017).
		Programa Nacional de Monitoramento da Qualidade do Ar (PMQAr) elaborado e implementado (dez/2018).



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS FINALÍSTICAS FONTE. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL - 2014-2022		
ID	DESCRIÇÃO	ENTREGAS
IEF-12	PROMOÇÃO DA GESTÃO AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE SUBSTÂNCIAS E PRODUTOS QUÍMICOS DE MODO A MINIMIZAR OS EFEITOS ADVERSOS AO MEIO AMBIENTE E À SAÚDE HUMANA.	Estratégias para o fortalecimento institucional legal e aprimoramento do controle da importação, produção e uso de substâncias e produtos químicos desenvolvidas (dez/2022).
		Preparação e Implementação da Convenção de Minamata desenvolvida (dez/2022).
		Plano Nacional de prevenção, preparação e resposta rápida de emergências ambientais com produtos químicos perigosos (PIR2) implementado (dez/2022).
IEF-13	REDUÇÃO DA PRESSÃO SOBRE OS RECURSOS NATURAIS E A POLUIÇÃO POR MEIO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.	Plano Nacional de Resíduos Sólidos Revisado (2019).
		Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos - SINIR, implementado.
		Elaboração e revisão dos Planos Estaduais de Resíduos Sólidos apoiados.
		Sistema de Registro de Emissões e Transferência de Poluentes (RETP) implantado.
		Sistemas de Logística Reversa implantados e revisados.
Profissionais capacitados em gestão de resíduos.		
IEF-14	AMPLIAÇÃO DA COBERTURA DO TERRITÓRIO BRASILEIRO COM DIRETRIZES DE USO E OCUPAÇÃO EM BASES SUSTENTÁVEIS, DEFINIDAS POR MEIO DE INICIATIVAS DE ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO (ZEE) VALIDADAS PELOS COLEGIADOS RESPONSÁVEIS.	Colegiados responsáveis pelo ZEE no nível federal (Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional e Consórcio ZEE Brasil).
		Diretrizes metodológicas de elaboração do ZEE revisadas e difundidas (dez/2020).
		ZEEs nacional e macrorregionais elaborados (dez/2020).
IEF-15	FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE ACESSO E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS NO BRASIL.	Regulamentação da Lei 13.123/2015 publicada, instituições e instrumentos de gestão implementados.
		Passivo de processos de solicitação de autorização e autos de infração autuados no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - CGEN na vigência da Medida Provisória 2.186-16/2001 eliminado.
		Plano Nacional de Sensibilização e Fortalecimento de Capacidades em Acesso e Repartição de Benefícios implementado.
		Sistema de Inteligência e rastreabilidade da informação do Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Implementado.
IEF-16	PROMOVER O ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS E A REPARTIÇÃO JUSTA E EQUITATIVA DOS BENEFÍCIOS NO BRASIL E EM NÍVEL INTERNACIONAL.	Cadeias Produtivas usuárias de patrimônio genético e conhecimento tradicional associadas, desenvolvidas e implementadas.
		Estratégia de promoção do modelo Brasileiro de Acesso e Repartição de Benefícios em fóruns bilaterais e multilaterais implementada.
IEF-17	REDUÇÃO DO RISCO DE EXTINÇÃO DAS ESPÉCIES CONSTANTES DAS LISTAS NACIONAIS OFICIAIS POR MEIO DOS PLANOS DE AÇÃO NACIONAIS, DOS PLANOS DE GESTÃO DOS RECURSOS PESQUEIROS E DO CONTROLE DE INVASORAS.	Planos de ação nacionais para conservação de espécies ameaçadas de extinção - PAN e outros instrumentos de conservação implementados até 2022 para 100% das espécies ameaçadas.
		Sistema de Gestão compartilhada com a sociedade por meio de 9 Comitês Permanentes de Gestão (CPGs) e 2 Câmaras Técnicas orientado na conservação da biodiversidade aquática implementado até 2016.
		Programa Nacional para Controle de Espécies Exóticas Invasoras instituído e implementado, com priorização de espécies e Planos de Ação Nacionais para Controle Monitoramento e Erradicação de Espécies Exóticas Invasoras.



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS FINALÍSTICAS <small> FONTE. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL - 2014-2022</small>		
ID	DESCRIÇÃO	ENTREGAS
IEF-18	GESTÃO SUSTENTÁVEL DE PAISAGENS COM ÊNFASE EM ÁREAS PRIORITÁRIAS.	Programa Nacional de Monitoramento da Cobertura e do Uso das Terras dos Biomas elaborado e em implementação (2016).
		Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade de biomas brasileiros e zonas costeiras e marinhas atualizadas.
		Plano Nacional de Recuperação de Vegetação Nativa criado e implementado (2016).
IEF-19	FORMULAÇÃO DE DIRETRIZES E FOMENTO DE AÇÕES PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTRAS ÁREAS ESPECIALMENTE PROTEGIDAS.	UCs com capacidade de gestão ampliada por meio de projetos de cooperação internacional (2020).
		Documento da Estratégia Nacional de Consolidação de Unidades de Conservação revisado até 2016.
		Documento Orientador para avaliação do estado de conservação em áreas protegidas complementares SNUC elaborado até 2016.
		Metas de criação / ampliação de unidades de conservação pactuadas com órgãos gestores (ICMBio e Estados) do SNUC até 2016.
		Sistema de Informações do Cadastro Nacional de Unidades de conservação atualizado até 2017.
IEF-20	PROMOVER A REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DOS IMÓVEIS RURAIS POR MEIO DOS INSTRUMENTOS DO CÓDIGO FLORESTAL.	Áreas degradadas dos imóveis rurais que aderiram ao programa de regularização ambiental - PRA recuperadas.
		Sistema do Cadastro Ambiental Rural - SiCAR no monitoramento da regularização ambiental dos imóveis rurais do Brasil estruturado.
IEF-21	ÁREA DE FLORESTAS PÚBLICAS FEDERAIS SOB CONCESSÃO FLORESTAL PARA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL AMPLIADA.	Contratos de concessões florestais monitorados.
		Contratos de Concessões florestais firmados.
		Edital para concessão florestal publicado.
		Áreas de florestas habilitadas, para futuras concessões.
		Modelo de licenciamento para fins de concessão florestal fora Unidades de Conservação elaborado.
IEF-22	DISPONIBILIZAR INFORMAÇÕES E PRODUZIR CONHECIMENTO SOBRE AS FLORESTAS.	Novas espécies florestais com potencial de uso produtivo madeireiro caracterizadas tecnologicamente.
		Área do território nacional inventariada com dados e informações disponibilizadas.
IEF-23	AGRICULTORES FAMILIARES E EXTRATIVISTAS APOIADOS, POR MEIO DE PROJETOS E CAPACITAÇÃO EM ATIVIDADES FLORESTAIS SUSTENTÁVEIS.	Projeto para promoção de conhecimento, manejo e gestão florestal financiados por meio do FNDP e demais parcerias estabelecidas.
		Atores para manejo e gestão florestal sustentável capacitados.
		Parceiras institucionais para apoio ao manejo florestal comunitário e familiar estabelecidas.
		Arcabouço legal para Manejo Florestal sustentável comunitário e familiar aprimorado e difundido.



7.2.6. Alinhamento do Planejamento de TI ao Planejamento Estratégico do Ministério do Meio Ambiente.

Com o objetivo de alinhar as ações de Tecnologia da Informação às necessidades de negócios das Unidades Gestoras do MMA foi efetuada a análise técnica baseada no pronunciamento das Secretárias por meio dos documentos constantes no **Anexo II – “Demandas das Áreas de Negócios”**.

7.3. ANÁLISE SWOT DA TI ORGANIZACIONAL

	FORÇAS	FRAQUEZAS
AMBIENTE INTERNO	<ul style="list-style-type: none"> • Interesse e capacidade de aprendizado por parte dos servidores. • Infraestrutura de TI em evolução constante. • Gratificações por concurso para Servidores que atuam na área de TI. • Analistas em TI cedidos pela STI/MP. • Comitê de TI do MMA – gestão compartilhada e planejamento participativo. • Mapeamento das demandas efetuado por Grupo de trabalho composto por membros das áreas de negócio do MMA. • Disponibilidade de Ferramenta de gestão de conhecimento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Concentração de atribuições (inclusive fiscalização administrativas) sob responsabilidade de um número reduzido de servidores da área de TI. • Necessidade de execução de tarefas operacionais por servidores de TI. • Mapeamento e modelagem de processos insuficientes. • Sistema de Gerenciamento Eletrônico de documentos obsoleto. • Nível de capacitação dos servidores insuficiente. • Ausência de métrica e Quality Assurance. • Orçamento reservado no programa de TIC insuficiente para financiar os projetos. • Ausência de profissionais especializados em tecnologias de geoprocessamento.
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
AMBIENTE EXTERNO	<ul style="list-style-type: none"> • Boas soluções de TI disponíveis no mercado. • Ofertas de capacitação sem custos para servidores públicos. • Conteúdos literários que tratam os temas de TI no governo disponíveis na internet. • Soluções disponíveis no Portal do Softwares Público. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mudança de diretrizes políticas. • Ingerências políticas. • Cortes de Orçamento do Governo Federal. • Ausência de divulgação das diretrizes do Sistema Nacional de Meio Ambiente.



7.4. LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES

7.4.1. Critério de Classificação das Necessidades

No intuito de facilitar a forma de visualização do alinhamento das necessidades de negócio com as Iniciativas Estratégicas de TI necessárias, foi efetuado um agrupamento das necessidades das áreas de negócio por perspectiva estratégica, desta forma foram criados 04 (quatro) grupos conforme quadro a seguir: Critério de Priorização.

O critério para a priorização das necessidades de TI alinhadas com as necessidades de negócios está baseado na matriz GUT, onde são listadas todas as necessidades se atribuindo nota para cada um dos 3 aspectos: Gravidade, Urgência e Tendência.

CRITÉRIOS PARA PRIORIZAÇÃO DAS DEMANDAS DO PDTI 2016 - 2018			
GRAVIDADE	URGÊNCIA	TENDÊNCIA	NOTA
Demandas Corporativas (aquelas que impactam em todas as secretarias).	Cujos prazos sejam inferiores a 04 meses previstos em instrumentos legais.	Caso não seja implantada, ameaça a continuidade dos serviços, e/ou impossibilitará o início de projetos de interesse institucional.	5
Impactam em outros sistemas e na infraestrutura de TI do Órgão.	Com prazos de 04 a 06 meses previstos em instrumentos legais.	Se não implantada, ocorrem sucessivas interrupções e perdas de qualidade dos serviços.	4
Impactam em processos finalísticos da instituição.	Com prazos de 06 a 10 meses, para implantação.	Sua ausência dificulta as atividades laborais aumentando o tempo gasto para a execução dos serviços.	3
Impactam nas atividades de capacitação de pessoas.	Com prazos de 06 a 10 meses, para concepção de projeto.	Sua ausência não impede o andamento dos trabalhos, mas a implantação contribui para a redução de custos e melhoria de processos.	2
Impactam em melhorias pontuais.	Com prazos acima de 10 meses, para concepção de projeto.	Sua ausência não prejudica a prestação dos serviços e pode ser adiada sem impactos negativos.	1

Gravidade – tamanho do impacto do não atendimento da demanda;

Urgência – relacionada ao tempo recomendado para atender a demanda, quanto maior a urgência menor o tempo disponível;

Tendência – são os potenciais problemas para o caso de não atendimento da demanda, ou seja, "Se eu não atender a demanda, ocorrerão problemas pouco a pouco ou vai piorar bruscamente?".



7.4.2. Inventário de Necessidades de Tecnologia da Informação – Infraestrutura e Parque de Computadores

Para a definição das necessidades relacionadas à Infraestrutura de Tecnologia da Informação, foram utilizados: o histórico de solicitações de serviços; a análise da capacidade instalada e o inventário de ativos de rede e estações de trabalho, além do *feedback* obtido junto aos usuários da rede MMA, quanto ao nível de qualidade dos serviços e necessidades de melhoria.

ID	NECESSIDADE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO INFRAESTRUTURA	ORIGEM / SECRETARIAS BENEFICIADAS							Macro Necessidades Finalísticas	Objetivo Estratégico
		D = Diretamente Beneficiada				I = Indiretamente Beneficiada				
		SECEX	SBF	SMCQ	SEDR	GM	SRHU	SAIC		
NE.INF-001	Atualização tecnológica do parque de estações de trabalho.	D	D	D	D	D	D	D	IEFs de 01 a 23	ETI-18.DP
NE.INF-002	Melhoria dos níveis de disponibilidade e performance das aplicações e serviços web ofertados pelo MMA.	D	D	D	D	D	D	D	IEFs de 01 a 23	ETI-11.PI
NE.INF-003	Disponibilização de serviços de digitalização e impressão de documentos.	D	D	D	D	D	D	D	IEFs de 01 a 23	ETI-18.DP
NE.INF-004	Implantação de serviços webstream para transmissão de eventos e palestras.	D	D	D	D	D	D	D	IEFs de 01 a 23	ETI-01.SO, ETI-02.SO
NE.INF-005	Garantir a segurança dos sistemas, documentos, arquivos e informações institucionais hospedados no Datacenter do MMA.	D	D	D	D	D	D	D	IEFs de 01 a 23	ETI-12.PI
NE.INF-006	Modernização e Expansão do Serviço de Rede Sem Fio.	D	D	D	D	D	D	D	IEFs de 01 a 23	ETI-15.DP, ETI-18.DP



7.4.3. Inventário de Necessidades de Tecnologia da Informação – *Serviços de Infraestrutura e Rede.*

Para a definição das necessidades em tela, foi utilizado o histórico de solicitações de serviços de desenvolvimento de sistemas, a análise da capacidade instalada e o inventário de sistemas e de ativos de rede e estações de trabalho, além do *feedback* obtido dos usuários da rede MMA, quanto à qualidade dos serviços e necessidades de melhoria.

ID	NECESSIDADE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO SERVIÇOS	ORIGEM / SECRETARIAS BENEFICIADAS							Macro Necessidades Finalísticas	Objetivo Estratégico
		D = Diretamente Beneficiada				I = Indiretamente Beneficiada				
		SECEX	SBF	SMCQ	SEDR	GM	SRHU	SAIC		
NE-SER-001	Modernização da Plataforma lógica de rede de computadores e serviços de arquivos.	D	D	D	D	D	D	D	IEFs de 01 a 23	ETI-15.DP
NE-SER-002	Disponibilização de Infraestrutura como serviço para atender as necessidades das áreas de negócio e sistemas de interesse do MMA desenvolvidos pelos Órgãos vinculados.	D	D	D	D	D	D	D	IEFs de 01 a 23	ETI-06.GO
NE-SER-003	Garantir o pleno funcionamento dos servidores e demais ativos de rede em produção na infraestrutura de TI do MMA.	D	D	D	D	D	D	D	IEFs de 01 a 23	ETI-04.GO, ETI-06.GO
NE-SER-004	Modernização da plataforma de atendimento a usuários, requisições e incidentes, conforme melhoras práticas do ITIL e COBIT.	D	D	D	D	D	D	D	IEFs de 01 a 23	ETI-07.PI, ETI-08.PI
NE-SER-005	Implementação de serviços de suporte, monitoramento, tratamento e resposta a incidentes de Segurança da Informação.	D	D	D	D	D	D	D	IEFs de 01 a 23	ETI-08.PI
NE-SER-006	Garantir alta disponibilidade de acesso à internet para os usuários e publicação dos serviços web do MMA.	D	D	D	D	D	D	D	IEFs de 01 a 23	ETI-15.DP, ETI-18.DP
NE-SER-007	Ampliação do link de Internet.	D	D	D	D	D	D	D	IEFs de 01 a 23	ETI-15.DP, ETI-18.DP
NE-SER-008	Garantir autonomia do fornecimento de energia elétrica para todo o Datacenter do MMA.	D	D	D	D	D	D	D	IEFs de 01 a 23	ETI-06.GO



7.4.4. Inventário de Necessidades de Tecnologia da Informação – *Softwares*.

Para a definição das necessidades em tela, foi utilizado o histórico de solicitações de serviços, a análise da capacidade instalada e o inventário de sistemas e de estações de trabalho, além do *feedback* obtido junto aos usuários da rede MMA quanto à necessidade de softwares.

ID	NECESSIDADE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO SOFTWARES	ORIGEM / SECRETARIAS BENEFICIADAS D = Diretamente Beneficiada I = Indiretamente Beneficiada							Macro Necessidades finalísticas	Objetivo Estratégico
		SECEX	SBF	SMCQ	SEDR	GM	SRHU	SAIC		
NE-SOF-001	Prover ferramentas de escritório e de colaboração em nuvem, para os usuários da rede MMA.	D	D	D	D	D	D	D	IEFs de 01 a 23	ETI-15.DP
NE-SOF-002	Garantir a conformidade de licenciamento e de suporte dos recursos de softwares necessários para a sustentação dos ambientes novos e em produção no Datacenter do MMA.	D	D	D	D	D	D	D	IEFs de 01 a 23	ETI-12.PI, ETI-06.GO
NE-SOF-003	Garantir a conformidade de licenciamento dos recursos de softwares necessários para o pleno funcionamento das estações de trabalho do MMA.	D	D	D	D	D	D	D	IEFs de 01 a 23	ETI-12.PI, ETI-06.GO, ETI-15.DP
NE-SOF-004	Garantir a conformidade de licenciamento e de suporte dos recursos de Bancos de Dados novos e em produção no Datacenter do MMA.	D	D	D	D	D	D	D	IEFs de 01 a 23	ETI-12.PI, ETI-06.GO
NE-SOF-005	Modernização dos serviços de virtualização de servidores, para otimização dos recursos, redução do consumo de energia elétrica e melhoria na gestão e disponibilização de serviços em nuvem.	D	D	D	D	D	D	D	IEFs de 01 a 23	ETI-12.PI, ETI-06.GO
NE-SOF-006	Ampliar o nível de segurança dos sistemas web estratégicos que necessitem de elevado nível de segurança e informações sigilosas.	D	D	D	D	D	D	D	IEF-01, IEF-02, IEF-03, IEF-15	ETI-12.PI, ETI-06.GO
NE-SOF-007	Disponibilização de ferramentas para gestão e uso de informações georeferenciadas.	D	D	D	D	D	D	D	IEFs de 01 a 23	ETI-15.DP
NE-SOF-008	Disponibilização de softwares do tipo prateleira, para atender as necessidades específicas das áreas requisitantes.	D	D	D	D	D	D	D	IEFs de 01 a 23	ETI-15.DP



7.4.5. Inventário de Necessidades de Tecnologia da Informação – *Sistemas*

Para a definição das necessidades em tela, foi utilizado o histórico de solicitações de serviços, a análise da capacidade instalada e o inventário de sistemas, além do *feedback* obtido junto aos usuários da rede MMA quanto à necessidade de desenvolvimento de sistemas e gestão das informações ambientais.

ID	NECESSIDADE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO <i>SISTEMAS, CAPACITAÇÃO E GOVERNANÇA</i>	ORIGEM / SECRETARIAS BENEFICIADAS D = Diretamente Beneficiada I = Indiretamente Beneficiada							Macro necessidades finalísticas	Objetivo Estratégico de Tecnologia da Informação
		SECEX	SBF	SMCQ	SEDR	GM	SRHU	SAIC		
NE-SIS-001	Desenvolvimento de novos sistemas e portais.	D	D	D	D	D	D	D	IEFs de 01 a 23	ETI-01.SO, ETI-02.SO, ETI-06.GO, ETI-15.DP
NE-SIS-002	Desenvolvimento e manutenção de portais.	D	D	D	D	D	D	D	IEFs de 01 a 23	ETI-01.SO, ETI-02.SO, ETI-06.GO, ETI-15.DP
NE-SIS-003	Manutenção de sistemas legados.	D	D	D	D	D	D	D	IEFs de 01 a 23	ETI-01.SO, ETI-02.SO, ETI-06.GO, ETI-15.DP
NE-SIS-004	Implantação/customização/migração de sistemas de terceiros para o ambiente do MMA.	D	D	D	D	D	D	D	IEFs de 01 a 23	ETI-01.SO, ETI-02.SO, ETI-06.GO, ETI-15.DP ETI-04.GO
NE-SIS-005	Integração de sistemas.	D	D	D	D	D	D	D	IEFs de 01 a 23	ETI-01.SO, ETI-02.SO, ETI-06.GO, ETI-15.DP
NE-SIS-006	Atualização e/ou migração de plataforma de geoprocessamento.	I	D	I	I	I	I	I	IEFs de 01 a 23	ETI-01.SO, ETI-02.SO, ETI-06.GO, ETI-15.DP
NE-SIS-007	Aprimoramento da gestão das informações ambientais.	I	D	I	I	I	I	I	IEFs de 01 a 23	ETI-01.SO, ETI-02.SO, ETI-04.GO, ETI-06.GO, ETI-15.DP
NE-SIS-008	Manutenção de plataformas de educação a distância.	I	I	I	I	I	I	D	IEFs de 01 a 23	ETI-01.SO, ETI-02.SO, ETI-06.GO, ETI-15.DP
NE-SIS-009	Desenvolvimento de aplicativos mobile.	I	I	I	I	I	D	D	IEFs de 01 a 23	ETI-01.SO, ETI-02.SO, ETI-06.GO, ETI-15.DP
NE-CAP-001	Garantir a capacitação das equipes de servidores de TIC.	D	I	I	I	I	I	I	IEFs de 01 a 23	ETI-01.SO, ETI-02.SO, ETI-06.GO, ETI-15.DP
NE-GOV-001	Garantir a melhoria de processos e continuidade dos serviços de TI essenciais para o MMA.	D	I	I	I	I	I	I	IEFs de 01 a 23	ETI-01.SO, ETI-02.SO, ETI-06.GO, ETI-15.DP



7.4.6. Inventário de Necessidades de Tecnologia da Informação – Consolidado

ID	NECESSIDADE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	PRIORIDADE			
		G	U	T	TOTAL
NE-SIS-01	Desenvolvimento de novos sistemas e portais.	5	5	5	125
NE-SIS-03	Manutenção de sistemas legados.	5	5	5	125
NE-SOF-004	Garantir a conformidade de licenciamento e de suporte dos recursos de Bancos de Dados novos e em produção no Datacenter do MMA.	5	5	5	125
NE-SOF-002	Licenciamento de servidores.	5	5	5	125
NE-INF-001	Atualização tecnológica do parque de estações de trabalho.	5	5	4	100
NE-INF-003	Disponibilização de serviços de impressão e digitalização de documentos.	5	4	5	100
NE-SER-001	Modernização da Plataforma lógica de rede de computadores e dos serviços de arquivos em rede.	5	4	5	100
NE-SER-003	Garantir o pleno funcionamento dos servidores e demais ativos de rede em produção na infraestrutura de TI do MMA.	5	4	5	100
NE-SIS-02	Desenvolvimento e manutenção de portais.	5	4	5	100
NE-SIS-07	Aprimoramento da gestão das informações ambientais.	5	4	5	100
NE-SOF-003	Contratação e manutenção de Client Access License - CAL.	5	4	5	100
NE-SER-002	Implementação de recursos para a disponibilização de Infraestrutura como serviço para atender as necessidades das áreas de negócio do MMA e sistemas de interesse do MMA, desenvolvidos pelos Órgãos vinculados.	4	4	5	80
NE-SER-006	Garantir alta disponibilidade de acesso à internet para os usuários e publicação dos serviços web do MMA.	4	4	5	80
NE-SER-007	Ampliação do link de Internet.	4	4	5	80
NE-GOV-001	Garantir a melhoria de processos e continuidade dos serviços de TI essenciais para o MMA.	5	4	4	80
NE-INF-002	Melhoria dos níveis de disponibilidade e performance das aplicações e serviços web ofertados pelo MMA.	5	4	4	80
NE-SIS-05	Integração de sistemas.	4	4	5	80
NE-SIS-06	Atualização e/ou migração de plataforma de geoprocessamento.	4	4	5	80



ID	NECESSIDADE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	PRIORIDADE			
		G	U	T	TOTAL
NE-SOF-005	Modernização dos serviços de virtualização de servidores, para otimização dos recursos, redução do consumo de energia elétrica e melhoria na gestão e disponibilização de serviços em nuvem.	4	4	5	80
NE-SOF-006	Ampliar o nível de segurança dos sistemas web estratégicos que necessitem de elevado nível de segurança e informações sigilosas.	4	4	5	80
NE-SOF-007	Disponibilização de ferramentas para gestão e uso de informações georeferenciadas.	4	4	5	80
NE-CAP-001	Garantir a capacitação das equipes de servidores de TIC.	4	4	5	80
NE-SOF-008	Disponibilização de softwares do tipo prateleira, para atender as necessidades específicas das áreas requisitantes.	4	4	4	64
NE-SIS-08	Manutenção de plataformas de educação à distância.	4	4	4	64
NE-SOF-001	Disponibilização de ferramentas de escritório e de ferramentas de colaboração em nuvem.	5	3	4	60
NE-SER-005	Implementação de serviços de suporte, monitoramento, tratamento e resposta a incidentes de Segurança da Informação.	4	3	4	48
NE-SIS-04	Implantação/customização/migração de sistemas de terceiros para o ambiente do MMA.	3	3	4	36
NE-SIS-09	Desenvolvimento de aplicativos mobile.	3	3	4	36
NE-SER-004	Modernização da plataforma de atendimento a usuários, requisições e incidentes, conforme melhoras práticas do ITIL e COBIT.	3	3	4	36
NE-SER-008	Garantir autonomia do fornecimento de energia elétrica para todo o Datacenter do MMA.	3	3	4	36
NE-INF-005	Garantir a segurança dos documentos, arquivos e informações institucionais armazenados no Datacenter do MMA.	5	2	3	30
NE-INF-004	Implantação de serviços webstream para transmissão de eventos e palestras.	3	3	3	27
NE-INF-006	Modernização e Expansão do Serviço de Rede Sem Fio.	4	2	3	24



7.5. PLANO DE METAS E DE AÇÕES DE TIC

ID	NECESSIDADE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	AÇÕES			METAS				
		ID	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	ÁREAS RESPONSÁVEIS	IND.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	2016	2017	2018
NE.INF-001	Aquisição de Estações de Trabalho para substituição de equipamentos obsoletos e atualização tecnológica do parque.	AC.001.1	Elaborar processo de aquisição de estações de trabalho tipo Desktop.	CGTI - CGGA	%	% de estações de trabalho em operação no MMA com garantia de suporte técnico vigente	70%	80%	100%
		AC.001.2	Elaborar processo de aquisição de estações de trabalho portáteis.	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de contratação / renovação concluídas.	100%	NA	NA
		AC.001.3	Elaborar processo de aquisição para disponibilização de dois monitores para estações de trabalho que utilizarão o SEL.	CGTI - CGGA	%	% de estações de trabalho em operação com 02 monitores.	50%	80%	90%
NE.INF-002	Melhoria dos níveis de disponibilidade e performance das aplicações e serviços web ofertados pelo MMA.	AC.002	Elaborar o processo para aquisição de solução de balanceamento de link e aceleração de aplicações web.	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de contratação implantação concluídas.	50%	100%	NA
NE.INF-003	Disponibilização de serviços de impressão e digitalização de documentos.	AC.003	Elaborar os processos necessários para a contratação de serviços de impressão e digitalização de documentos.	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de contratação e implantação concluídas.	100%	100%	100%
NE.INF-004	Implantação de serviços webstream para transmissão de eventos e palestras.	AC.004	Elaborar o processo para aquisição de solução de webstream para transmissão de eventos do MMA.	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de contratação e implantação concluídas.	100%	NA	NA
NE.INF-005	Garantir a segurança de sistemas, documentos, arquivos e informações institucionais hospedados no Datacenter do MMA.	AC.005.1	Elaborar o processo para aquisição de solução para atualização e upgrade da solução de backup em fitas do MMA.	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de contratação e implantação concluídas.	50%	100%	NA
		AC.005.2	Elaborar o processo para contratação/renovação de solução de Anti vírus, prevenção contra perda de dados e proteção avançada para servidores de rede.	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de contratação e implantação concluídas.	100%	100%	100%
		AC.005.3	Elaborar o processo para contratação/renovação de solução de e-mail corporativo em nuvem.	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de contratação e implantação concluídas.	100%	100%	100%
NE.INF-006	Modernização e Expansão do Serviço de Rede Sem Fio.	AC.006	Elaborar o processo para aquisição de solução visando ampliação e modernização da rede sem fio do MMA.	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de contratação e implantação concluídas.	50%	100%	NA
NE.INF-007	Ampliação do Link de acesso à Internet	AC.007.1	Elaborar o processo para contratação/renovação de Link de internet redundante.	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de contratação e implantação concluídas.	100%	100%	100%
		AC.007.2	Elaborar o processo para contratação/renovação de Link de internet e conexão à INFOVIA.	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de contratação e implantação concluídas.	100%	100%	100%



ID	NECESSIDADE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	AÇÕES			METAS				
		ID	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	ÁREAS RESPONSÁVEIS	IND.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	2016	2017	2018
NE-SER-001	Modernização da Plataforma lógica de rede de computadores e dos serviços de arquivos em rede.	AC.008.01	Contratar e implantar produtos e serviços para a modernização da plataforma lógica da rede de computadores do MMA	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de contratação e implantação concluídas.	100%	NA	NA
		AC.008.02	Elaborar o processo para aquisição de conectores, cabos e componentes para a implementação de redundância de conexões do Datacenter e da rede lógica do MMA.	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de contratação e implantação concluídas.	100%	NA	NA
NE-SER-002	Disponibilização de Infraestrutura como serviço para atender as necessidades das áreas de negócio e sistemas de interesse do MMA desenvolvidos pelos Órgãos vinculados.	AC.009.01	Elaborar o processo para contratação de serviços de sustentação do Datacenter do MMA.	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de contratação e implantação concluídas.	100%	100%	100%
		AC.009.02	Elaborar o processo para contratação de serviços de Administração de Banco de dados.	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de contratação e implantação concluídas.	100%	100%	100%
		AC.009.03	Elaborar o processo para aquisição de novos servidores de rede para o Datacenter do MMA.	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de contratação e implantações concluídos.	50%	100%	NA
		AC.009.04	Elaborar e executar projeto para otimização do uso das imagens de satélites disponibilizadas pelo MMA por meio do Geocatálogo.	CGTI - SECEX	%	% de aumento (em relação a 2015) da quantidade de projetos e políticas ambientais que utilizam as imagens de satélite.	20%	50%	100%
		AC.009.05	Elaborar o processo para ampliação da capacidade de armazenamento de dados do Datacenter do MMA.	CGTI - CGGA	%	% de aumento da capacidade de armazenamento do Datacenter do MMA.	NA	50%	100%
NE-SER-003	Garantir o pleno funcionamento dos servidores e demais ativos de rede em produção na infraestrutura de TI do MMA.	AC.010.01	Elaborar o processo para contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva para servidores e ativos de rede.	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de contratação e implantações concluídos.	50%	100%	NA
		AC.010.02	Elaborar o processo para contratação/renovação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para o robô de backup do Datacenter.	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de contratação e implantações concluídos.	100%	100%	100%
		AC.010.03	Cumprir as etapas previstas no Plano de Disseminação do Uso IPv6.	CGTI - CGGA	%	% de etapas do Plano de Disseminação do Uso IPv6 concluídas.	50%	100%	NA



ID	NECESSIDADE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	AÇÕES			METAS				
		ID	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	ÁREAS RESPONSÁVEIS	IND.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	2016	2017	2018
NE-SER-004	Modernização da plataforma de atendimento a usuários, requisições e incidentes, conforme melhoras práticas do ITIL e COBIT	AC.011.01	Implantar sistema de atendimento aos usuários contemplando a implementação de processos ITILv3.	CGTI	%	% de etapas do processo de contratação e implantações concluídos.	100%	NA	NA
		AC.011.02	Elaborar o processo para contratação/manutenção dos serviços de atendimento aos usuários da rede MMA (Central de Serviços).	CGTI	%	% de etapas do processo de contratação e implantações concluídos.	100%	100%	100%
NE-SER-005	Implementação de serviços de suporte, monitoramento, tratamento e resposta a incidentes de Segurança da Informação	AC.012	Contratar / implantar serviços de suporte, monitoramento e respostas a incidentes de Segurança da Informação.	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de contratação e implantações concluídos.	50%	100%	NA
NE-SER-006	Garantir alta disponibilidade de acesso à internet para os usuários e publicação dos serviços web do MMA.	AC.013	Elaborar o processo para contratação/manutenção dos serviços de link redundante de acesso à internet.	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de contratação e implantações concluídos.	100%	100%	100%
NE-SER-007	Ampliação de link de Internet.	AC.014	Garantir a contratação de link (principal e redundante) de acesso a internet com ampliação gradativa de banda.	CGTI - CGGA	%	% de ampliação do link por ano.	50%	50%	100%
NE-SER-008	Garantir autonomia do fornecimento de energia elétrica para todo o Datacenter do MMA.	AC.015.01	Elaborar o processo para contratação/renovação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da solução integrada da sala-cofre do MMA (UPS, GERADOR, AR. COND., etc).	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de contratação e implantações concluídos.	100%	100%	100%
NE-SOF-001	Disponibilização de ferramentas de escritório e de ferramentas de colaboração em nuvem.	AC.016	Renovação/substituição de contrato da ferramenta Office 365.	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de contratação e implantações concluídos.	100%	100%	100%
NE-SOF-002	Garantir a conformidade de licenciamento e de suporte dos recursos de softwares necessários para manter os ambientes novos e em produção no Datacenter do MMA.	AC.017	Contratação/manutenção de licenças de sistema operacionais de servidores de rede e suporte de atualização.	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de contratação e implantações concluídos.	100%	100%	100%
NE-SOF-003	Garantir a conformidade de licenciamento dos recursos de softwares necessários para o pleno funcionamento das estações de trabalho do MMA.	AC.018	Contratação de licenças e componentes necessários ao gerenciamento de recursos para estações de trabalho.	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de contratação e implantações concluídos.	100%	100%	100%



ID	NECESSIDADE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	AÇÕES			METAS				
		ID	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	ÁREAS RESPONSÁVEIS	IND.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	2016	2017	2018
NE-SOF-004	Garantir a conformidade de licenciamento e de suporte dos recursos de Bancos de Dados novos e em produção no Datacenter do MMA.	AC.019	Contratação/renovação de serviços de licenciamento e atualização das soluções de banco de dados do datacenter do MMA.	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de contratação e implantações concluídos.	100%	100%	100%
NE-SOF-005	Modernização dos serviços de virtualização de servidores, para otimização dos recursos, redução do consumo de energia elétrica e melhoria na gestão e disponibilização de serviços em nuvem.	AC.020	Contratação e implementação de solução de virtualização de servidores com recursos de orquestração de ambientes em nuvem.	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de contratação e implantações concluídos.	50%	100%	NA
NE-SOF-006	Ampliar o nível de segurança dos sistemas web estratégicos que necessitem de elevado nível de segurança e informações sigilosas.	AC.021	Contratação/renovação de solução de blindagem de domínio de aplicações com suporte e monitoramento para os serviços críticos.	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de contratação e implantação concluídas.	100%	100%	100%
NE-SOF-007	Disponibilização de ferramentas para gestão e uso de informações georeferenciadas.	AC.022	Contratação de softwares e componentes voltados ao suporte a usuários de recursos de geoprocessamento.	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de contratação e implantação concluídas.	80%	100%	NA
NE-SOF-008	Disponibilização de softwares do tipo prateleira, para atender as necessidades específicas das áreas requisitantes.	AC.023	Elaboração de processo de contratação/renovação de softwares de prateleira, para as áreas de negócio do MMA.	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de contratação e implantação concluídas.	100%	100%	100%
NE-SIS-001	Desenvolvimento de novos sistemas e portais.	AC.024.1	Desenvolvimento de sistemas de gestão de licitação e contratos, almoxarifado, controle de frota de veículos.	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de contratação e implantação concluídas.	100%	NA	NA
		AC.024.2	Desenvolvimento do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC (Módulos II e III e integração com outros sistemas).	CGTI - CGGA - SBF/DAP	%	% de etapas do processo de contratação e implantação concluídas.	80%	100%	NA
		AC.024.3	Desenvolvimento do Sistema de acesso ao patrimônio genético, conhecimento tradicional associado e repartição de benefícios - SISGEN.	CGTI - CGGA- SBF/DPG	%	% de execução do projeto de desenvolvimento do sistema.	100%	NA	NA
		AC.024.04	Serviços de manutenção do sistema SDP.	CGTI - SBF	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.	40%	100%	NA
		AC.024.05	Desenvolvimento de Sistema de Informações para o Controle da Produção, Importação e Uso de Substâncias Químicas de Uso Industrial.	CGTI - SRHU	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.	---	---	50%



ID	NECESSIDADE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	AÇÕES			METAS				
		ID	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	ÁREAS RESPONSÁVEIS	IND.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	2016	2017	2018
NE-SIS-001	Desenvolvimento de novos sistemas e portais.	AC.024.06	Desenvolvimento de Sistema de Informação para subsidiar as avaliações de risco de extinção - Sistema Espécies.	CGTI - DESP	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.	---	50%	100%
		AC.024.07	Desenvolvimento de alerta e detecção precoce de espécies exóticas invasoras - Sistema SAI.	CGTI - DESP	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.	---	50%	100%
		AC.024.08	Desenvolvimento do sistema de informações da qualidade ambiental urbana	CGTI - SRHU/DZT	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.	---	---	30%
		AC.024.09	Serviços de desenvolvimento / manutenção do sistema de cadastro de viagens internacionais.	CGTI - ASIN	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.	40%	100%	NA
		AC.024.10	Desenvolvimento de sistema de cadastro e gestão de usuários do projeto Salas Verdes.	CGTI	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.	40%	100%	NA
		AC.024.11	Desenvolvimento do sistema para Acompanhamento das Deliberações da CNMA.	CGTI - SAIC	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.	100%	NA	NA
		AC.024.12	Desenvolvimento do sistema AGENDA21.	CGTI - SAIC	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.		50%	100%
		AC.024.13	Desenvolvimento de sistema para gestão de informação para educação ambiental.	CGTI - SAIC	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.		50%	100%
		AC.024.14	Sistema de Gestão de Informação Interna.	CGTI - DGE	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.		50%	100%
		AC.024.15	Sistema para monitoramento e gerenciamento do Programa Água Doce (Inclusive o sistema de gerenciamento da dessalinização do Programa).	CGTI - SRHU	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.		50%	100%
		AC.024.16	Desenvolvimento de Sistema de Informações para o Inventário e a gestão ambientalmente adequada de PCBs.	CGTI - SRHU	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.		50%	100%
		AC.024.17	Desenvolvimento de Atlas Interativo sobre a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (DZT).	CGTI - SRHU	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.		50%	100%
		AC.024.18	Desenvolvimento de aplicativo para divulgação da balneabilidade das praias - qualidade de forma centralizada.	CGTI - SRHU	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.		50%	100%
AC.024.19	Sistema Interativo de Análise Geoespacial da Amazônia Legal (SIAGEO Amazônia) e ampliação de seu escopo para as demais regiões do País (DZT).	CGTI - SRHU	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.		50%	100%		



ID	NECESSIDADE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	AÇÕES			METAS				
		ID	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	ÁREAS RESPONSÁVEIS	IND.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	2016	2017	2018
NE-SIS-001	Desenvolvimento de novos sistemas e portais.	AC.024.20	Desenvolvimento de sistemas para criação e atualização contínua do cadastro das Organizações Cívicas de Rec. Hídricos - COREH.	CGTI-SRHU	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.		50%	100%
		AC.024.21	Desenv. de sistemas para monitoramento do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH.	CGTI-SRHU	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.		50%	100%
		AC.024.22	Desenvolvimento do Sistema de Planejamento Estratégico - SISPLAN	CGTI - DGE	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.	100%	NA	NA
		AC.024.23	Desenvolvimento do Sistema de indicadores agroambientais	CGTI - SEDR/DRS	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.	---	50%	100%
		AC.024.24	Desenvolvimento do Sistema de Registro de Emissões e Transferência de poluentes.	CGTI - SRHU/DQAM	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.	---	50%	100%
		AC.024.25	Sistema Modular de Monitoramento e Acompanhamento das Reduções de Emissões. (SMMARE)	CGTI - SRHU	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.	100%	NA	NA
		AC.024.26	Sistema de Informação sobre salvaguardas (SISREDD+)	CGTI - SMCQ	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.	---	50%	100%
NE-SIS-002	Desenvolvimento e manutenção de portais.	AC.025.01	Desenvolvimento do Portal CNUC.	GTI - SBF		% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.	50%	100%	NA
		AC.025.02	Desenvolvimento do portal do CGen.	CGTI - SBF	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.	50%	100%	NA
		AC.025.03	Desenvolvimento de Portal da Biodiversidade - DESP.	CGTI - SBF	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.	100%	NA	NA
		AC.025.04	Desenvolvimento de sistema e portal para Consultoria Jurídica do MMA.	CGTI - GM	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.	50%	100%	NA
		AC.025.05	Serviços de manutenção de sistemas para o Portal Nacional de Licenciamento Ambiental - PNLA.	CGTI - SAIC	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.	50%	100%	NA
		AC.025.06	Atualização, manutenção e suporte da rede de produção e consumo sustentáveis.	CGTI - SAIC	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.	50%	100%	NA
		AC.025.07	Desenvolvimento de um banco de dados de bens e serviços sustentáveis.	CGTI - SAIC	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.		50%	100%



ID	NECESSIDADE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	AÇÕES			METAS				
		ID	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	ÁREAS RESPONSÁVEIS	IND.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	2016	2017	2018
NE-SIS-002	Desenvolvimento e manutenção de portais.	AC.025.08	Desenvolvimento/manutenção do Portal Coleciona	CGTI - SAIC	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.	50%	100%	NA
		AC.025.09	Desenvolvimento/manutenção do Portal do SISNAMA	CGTI - SAIC	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.	50%	100%	NA
		AC.025.10	Manutenção de sistemas para reformulação e atualização da página eletrônica do CNRH.	CGTI - SRHU	%	% de execução total do projeto de desenvolvimento do sistema.		50%	100%
NE-SIS-003	Manutenção de sistemas legados.	AC.026.01	Adaptação de sistema de informação geográfica para integração no CNUC.	CGTI - DAP	%	% de execução do total de pontos de função previstos para a manutenção do sistema.	50%	80%	100%
		AC.026.02	Serviços de manutenção para o sistema SIGMA.	CGTI - DGE	%	% de execução do total de pontos de função previstos para a manutenção do sistema.	50%	80%	100%
		AC.026.03	Serviço de manutenção do sistema SISARPA.	CGTI - SBF	%	% de execução do total de pontos de função previstos para a manutenção do sistema.	20%	60%	100%
		AC.026.04	Reformar o sistema SNIP.	CGTI - SMCQ	%	% de execução do total de pontos de função previstos para a manutenção do sistema.	20%	60%	100%
		AC.026.05	Manutenção do sistema RESSOA.	CGTI - SAIC	%	% de execução do total de pontos de função previstos para a manutenção do sistema.	50%	80%	100%
		AC.026.06	Manutenção e evolução do sistema de informações estratégicas do SISNAMA.	CGTI - SAIC	%	% de execução do total de pontos de função previstos para a manutenção do sistema.	50%	80%	100%
		AC.026.07	Manutenção Evolutiva do Sistema utilizado pelo CONAMA.	CGTI - SECEX	%	% de etapas do processo de contratação e implantações concluídos.	100%	100%	100%
		AC.026.07	Implantação de solução de segurança de Biblioteca.	CGTI - SECEX	%	% de etapas do processo de contratação e implantações concluídos.	100%	100%	100%
		AC.026.08	Contratação/renovação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da solução de gestão do conhecimento (BIOSFERA).	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de contratação e implantações concluídos.	100%	100%	100%



ID	NECESSIDADE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	AÇÕES			METAS				
		ID	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	ÁREAS RESPONSÁVEIS	IND.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	2016	2017	2018
NE-SIS-003	Manutenção de sistemas legados.	AC.026.09	Manutenção de componentes e serviços do Cadastro Ambiental Rural (CAR).	CGTI - SFB	%	% de execução do total de pontos de função previstos para a manutenção do sistema.	20%	60%	100%
		AC.026.10	Manutenção do sistema ECOLEGIADOS.	CGTI - SBF	%	% de execução do total de pontos de função previstos para a manutenção do sistema.	20%	60%	100%
		AC.026.11	Manutenção do SIES.	CGTI - SAIC	%	% de execução do total de pontos de função previstos para a manutenção do sistema.	20%	60%	100%
		AC.026.12	Manutenção do Sistema de Avaliação Individual - SAD.	CGTI-CGGP	%	% de execução do total de pontos de função previstos para a manutenção do sistema.	20%	60%	100%
		AC.026.13	Manutenção do Sis Bolsa Verde.	CGTI - SEDR	%	% de execução do total de pontos de função previstos para a manutenção do sistema.	20%	60%	100%
		AC.026.14	Manutenção do Sistema de Controle de Acesso - SCA.	CGTI	%	% de execução do total de pontos de função previstos para a manutenção do sistema.	20%	60%	100%
		AC.026.15	Elaborar o processo para contratação/renovação de serviços de manutenção do sistema CONSLAFI.	CGTI	%	% de etapas do processo de contratação e implantação concluídas.	100%	100%	100%
		AC.026.16	Manutenção do Sistema de Biblioteca SOPHIA	CGTI	%	% de etapas do processo de contratação e implantação concluídas.	100%	100%	100%
		AC.026.17	Desenvolvimento/Manutenção evolutiva do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR	CGTI	%	% de etapas do processo de contratação e implantação concluídas.	100%	100%	100%



ID	NECESSIDADE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	AÇÕES			METAS				
		ID	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	ÁREAS RESPONSÁVEIS	IND.	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	2016	2017	2018
NE-SIS-004	Implantação/customização/migração de sistemas de terceiros para o MMA.	AC.027	Implantação do SEI (projeto MMA sem papel).	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo customização e implantação.	100%	NA	NA
NE-SIS-005	Integração de sistemas.	AC.028	Implementação de ferramentas de integração entre os sistemas de informações de meio ambiente do MMA e órgãos vinculados.	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de planejamento contratação e implantação concluídas	50%	100%	NA
NE-SIS-006	Atualização e/ou migração de plataforma de geoprocessamento.	AC.029	Contratação de serviços de migração, evolução tecnológica e suporte a plataforma de geoprocessamento do MMA.	CGTI - CGGA - DAP	%	% de etapas do processo de planejamento contratação e implantação concluídas	100%	NA	NA
NE-SIS-007	Aprimoramento da gestão das informações ambientais.	AC.030.01	Criação de portfólio de sistemas, categorização e publicação do catálogo de sistemas de informações ambientais do MMA e órgãos vinculados.	CGTI - DGE	%	% de etapas do processo de planejamento contratação e implantação concluídas	100%	NA	NA
		AC.030.02	Elaboração e implantação de portaria de normatização para o processo de desenvolvimento de sistemas de informações ambientais no âmbito do MMA e vinculadas.	CGTI - DGE	%	% de etapas do processo de planejamento contratação e implantação concluídas	100%	NA	NA
		AC.030.03	Contratação de serviços de Administrador de dados, para a implementação de melhores práticas de padronização de dados e otimização de recursos.	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de planejamento contratação e implantação concluídas	100%	NA	NA
NE-SIS-008	Manutenção de plataformas de educação à distância.	AC.031	Contratação de serviços de desenvolvimento de sistemas para a evolução da plataforma de educação à distância do MMA.	CGTI - CGGA - SAIC	%	% de etapas do processo de planejamento contratação e implantação concluídas	100%	NA	NA
NE-SIS-009	Desenvolvimento de aplicativos mobile.	AC.032.01	Desenvolvimento do aplicativo SINIR para Smartphones.	CGTI - SRHU	%	% de etapas do processo de planejamento contratação e implantação concluídas	NA	50%	100%
		AC.032.02	Levantamento das demandas, planejamento e implementação de recursos e componentes para os sistemas do MMA que necessitarem de recursos mobile.	CGTI - CGGA	%	% de etapas do processo de planejamento contratação e implantação concluídas	NA	50%	100%
NE-CAP-001	Garantir a capacitação das equipes de servidores de TIC.	AC.033	Revisão anual do plano de capacitação dos servidores da CGTI.	CGTI	%	% de etapas do processo de revisão do plano concluídas	100%	100%	100%
NE-GOV-001	Garantir a melhoria de processos e continuidade dos serviços de TI essenciais para o MMA.	AC.034	Revisão/elaboração dos planos de continuidade dos serviços essenciais.	CGTI	%	% do total dos serviços essenciais com plano de continuidade aprovados pelo CGTI.	100%	100%	100%



7.6. PLANO ORÇAMENTÁRIO

7.6.1. Manutenção de contratos de serviços continuados

MANUTENÇÃO DOS CONTRATOS DE SERVIÇOS CONTINUADOS 2016 Programa de Trabalho 2000 PO 000A – Modernização da Estrutura de Informática									SECRETARIAS BENEFICIADAS						
REGISTROS DAS CONTRATAÇÕES						IDENTIFICAÇÃO DA DESPESA			D - Diretamente beneficiada - Serviços Requisitados pelas Secretarias.						
AÇÕES DO PDTI		IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO		OBJETO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL	VALOR TOTAL (2015)	ORÇAMENTO 2016 (CUSTO ANUAL ESTIMADO)		OBJ. EST. DE TIC	SECEX	SRHU	SBF	SMCQ	SEDR	SAIC	
NECESSIDADE DE TI	AÇÃO	N.	ANO			IDENT. DA DESPESA	CUSTEIO ANUAL								
NE-SOF-001	AC.015	13	2014	OFFICE 365 - Licenças Microsoft	633.650,00	3390	39.11	728.697,50	ETI-15.DP	D	D	D	D	D	D
NE-SER-003	AC.009.2	5	2014	Manutenção do Robô de Backup	47.760,00	3390	39.57	54.924,00	ETI-06.GO	I	I	I	I	I	I
NE-SER-002	AC.008.3	8	2012	Serviços de Administração de Banco de Dados - DBA	177.650,28	3390	39.08	204.297,82	ETI-06.GO	I	I	I	I	I	I
NE-SIS-003	AC.026.8	20	2014	Solução Integrada de Suporte à Comunicação e Gestão Corporativa	675.600,00	3390	39.27	776.940,00	ETI-15.DP	D	D	D	D	D	D
NE-SIS-003	AC.026.15	6	2014	Manutenção do sistema CONSIAFI	45.000,00	3390	39.08	51.750,00	ETI-15.DP	D					
NE-SER-004	AC.010.2	2	2012	Central de Serviços	854.081,40	3390	39.28	982.193,61	ETI-15.DP	D	D	D	D	D	D
NE-SER-002	AC.008.2	3	2012	Suporte ao Datacenter	695.136,60	3390	39.27	799.407,09	ETI-06.GO, ETI-15.DP	I	I	I	I	I	I
NE-SOF-004	AC.019	9	2011	Sistema gerenciador de banco de dados ORACLE	9.276,12	3390	39.08	10.667,54	ETI-06.GO	I	I	I	I	I	I
NE-INF-005	AC.005.3	28	2012	Expresso em nuvem	304.968,08	3390	39.08	350.713,29	ETI-15.DP	D	D	D	D	D	D



MANUTENÇÃO DOS CONTRATOS DE SERVIÇOS CONTINUADOS 2016 Programa de Trabalho 2000 PO 000A – Modernização da Estrutura de Informática									SECRETARIAS BENEFICIADAS						
REGISTROS DAS CONTRATAÇÕES						IDENTIFICAÇÃO DA DESPESA			D - Diretamente beneficiada - Serviços Requisitados pelas Secretarias.						
AÇÕES DO PDTI		CONTRATO		OBJETO	VALOR TOTAL (2015)	ORÇAMENTO 2016 (ESTIMADO)			I - Indiretamente beneficiada - Serviços mantidos e dimensionados pela área de TIC para todas as Secretarias para a manutenção dos recursos (exemplos: e-mail, armazenamento e processamento de dados, segurança, etc)						
NECESSIDADE DE TI	AÇÃO	N.	ANO			ID	CUSTEIO		OBJ. EST. DE TIC	SECEX	SBF	SRHU	SMCQ	SEDR	SAIC
NE-SER-006	AC.013.2	3	2014	Infovia Brasília	502.920,00	3390	39.27	578.358,00	ETI-06.GO	D	D	D	D	D	D
NE-SOF-003	AC.018	12	2010	Licenças Rede Novell	130.645,80	3390	39.08	150.242,67	ETI-15.DP	D	D	D	D	D	D
NE-SER-008	AC.014.1	22	2015	Manutenção da Sala-Cofre, Sala UPS e Sala de Gerador	289.075,98	3390	39.27	332.437,38	ETI-06.GO	I	I	I	I	I	I
NE-INF-005	AC.005.2	20	2014	Antivírus para desktop, dispositivos móveis, servidores de rede on-site	619.623,00	3390	39.11	712.566,45	ETI-06.GO, ETI-15.DP	I	I	I	I	I	I
				Data Loss Prevention - DLP	1.422.930,50	3390	39.11	1.636.370,08	ETI-06.GO, ETI-15.DP	I	I	I	I	I	I
NE-SIS-003	AC.026.16	23	2014	Biblioteca Sophia	65.990,00	3390	39.11	75.888,50	ETI-15.DP	D	I	I	I	I	I
NE-SOF-002	AC.016	37	2014	Licenças Windows e SQL Server	129.004,88	3390	39.11	148.355,61	ETI-06.GO	I	I	I	I	I	I

INVESTIMENTO ESTIMADO PARA 2016 Programa de Trabalho 2000 PO 000A – Modernização da Estrutura de Informática									SECRETARIAS BENEFICIADAS						
REGISTROS DAS CONTRATAÇÕES						IDENTIFICAÇÃO DA DESPESA			D – Diretamente beneficiada – Serviços Requisitados pelas Secretarias.						
AÇÕES DO PDTI		CONTRATO		OBJETO	VALOR TOTAL (2015)	ORÇAMENTO 2016 (ESTIMADO)			I – Indiretamente beneficiada – Serviços mantidos e dimensionados pela área de TIC para todas as Secretarias para a manutenção dos recursos (exemplos: e-mail, armazenamento e processamento de dados, segurança e etc)						
NECESSIDADE DE TI	AÇÃO	N.	ANO			ID	INVESTIMENTO		OBJ. EST. DE TIC	SECEX	SBF	SRHU	SMCQ	SEDR	SAIC
NE-INF-001	AC.001.1	--	2016	Aquisição de estações de trabalho tipo desktop.	----	4490	5235	1.441.700,00	ETI-15.DP	D	D	D	D	D	D
	AC.001.2	--	2016	Aquisição de estações de trabalho portáteis.	----	4490	5235	227.337,26	ETI-15.DP	D	D	D	D	D	D



7.7. CAPTAÇÃO DA PROPOSTA PLOA 2016

Programa de Trabalho	Plano Orçamentário	ND	IDUso	Fonte	IDOC	Valor da Proposta	Físico (qtde)	Justificativa (*)
AÇÃO 2000 PO 000A - Modernização da Estrutura de Informática do MMA.	PO 000A	3390.39.08 - MANUTENCAO DE SOFTWARE	0	105	9999	874.288,32	25%	
		3390.39.11 - LOCACAO DE SOFTWARES	0	105	9999	2.845.508,06		
		3390.39.27 - SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE T.I.	0	105	9999	2.715.142,47		
		4490.52.35 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	0	105	9999	467.475,17		
		3390.39.28 - SUPORTE A USUARIOS DE T.I.	0	105	9999	982.193,61		
		4490.39.92 - DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	0	105	9999	1.123.315,17		
		4490.39.57 - SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE TI	0	105	9999	254.924,00		
Total da Captação						9.262.846,80		

(*) informar, no máximo, 2.500 caracteres, conforme SIOP.

Tendo em vista as limitações orçamentárias do Programa de Trabalho 2000 PO 000A – Modernização da Estrutura de Informática do MMA, a manutenção dos serviços essenciais foi adotada como prioridade, uma vez que a não renovação destes contratos implicaria na exposição do Ministério a riscos de colapso das atividades.



7.8. PEDIDO DE EXPANSÃO PLOA 2016

Em complementação ao orçamento disponibilizado no Programa de Trabalho 2000 PO 000A – Modernização da Estrutura de Informática do MMA, foi encaminhado o Pedido de expansão ilustrado a seguir, no intuito de que fosse possível executar a maior parte das ações previstas no PDTI.

Programa de Trabalho	Plano Orçamentário	ND	IDUso	Fonte	IDOC	Valor da Proposta	R\$ 1,00 Físico (qtde)	Justificativa (*)
AÇÃO 2000 PO 000A - Modernização da Estrutura de Informática do MMA.	PO 000A	3390.39.08 - MANUTENCAO DE SOFTWARE	0	105	9999	1.520.021,58	35%	Alinhado as metas do Governo Federal, o MMA vem investindo em infraestrutura de TI e em desenvolvimento de sistemas para a implementação de ferramentas de controle e avaliação das suas políticas, diante desta realidade foram elaborados vários projetos de desenvolvimento de sistemas por todas as Secretarias do Ministério, conforme consta do PDTI 2013/2015.
		4490.52.35 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	0	105	9999	3.550.000,00		As limitações orçamentárias vem impedindo a implementação de vários sistemas uma vez que as demandas de TI são crescentes e o custo de sustentação dos serviços continuados é elevado.
		4490.39.92 - DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	0	105	9999	8.028.437,90		Além da necessidade de desenvolvimento de novos sistemas é preciso manter os sistemas legados. A implantação do processo eletrônico com a eliminação do uso de papel. Implementação/sustentação de Sistemas exigidos em Lei, tais como o Sistema do Patrimônio Genético, Sistema Nacional de Controle de Resíduos Sólidos, Cadastro Ambiental Rural e etc.
		4490.39.57 - SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE TI	0	105	9999	1.700.000,00		Desta forma os números previstos para o Orçamento de TI em 2016, não são suficientes para a execução de todos os projetos necessários ao alcance das metas institucionais, fato que ameaça o alcance de resultados caso não seja possível garantir a expansão orçamentária pleiteada por meio deste formulário.
Total da Captação						14.798.459,48		(*) informar, no máximo, 2.500 caracteres, conforme SIOP.

Uma vez que o pedido de expansão não foi autorizado, por questões de restrições orçamentárias, será necessário que as Secretarias do Ministério destinem recursos orçamentários próprios para a execução dos projetos de desenvolvimento de sistemas e de ações do PDTI constantes de suas agendas prioritárias.



7.9. GESTÃO DE PESSOAS

7.9.1. Análise Qualitativa de Pessoal de TI

Tendo em vista que os servidores da carreira do MMA, em sua maioria não são formados na área de Tecnologia da Informação, a necessidade de capacitação dos servidores é essencial e deve ser regida conforme Plano de Capacitação dos servidores da CGTI, que deverá ser revisado e apresentado para aprovação no Comitê de TI.

Desta forma, o Plano de Capacitação de TI deve ser elaborado de forma a criar trilhas de capacitação que servirão para o acompanhamento contínuo da formação técnica dos servidores da CGTI, além de possuir uma metodologia de avaliação do nível de maturidade de cada área, apresentando a avaliação geral do nível de capacitação técnica de toda a Coordenação de Tecnologia da Informação.

7.9.2. Análise Quantitativa de Pessoal de TI

Além da capacitação dos servidores, conforme planejado no Plano de Capacitação dos servidores da CGTI, é extremamente necessária a recomposição do quadro de pessoal que nos últimos vem perdendo servidores da carreira do MMA.

Esta necessidade fica ainda mais perceptível quando efetuada a comparação entre o quantitativo de perfis necessários para execução do PDTI e o número de pessoas lotadas na CGTI, conforme ilustrado no quadro a seguir:

QUADRO DE PESSOAL DA CGTI			PAPÉIS MÍNIMOS NECESSÁRIOS ANUALMENTE PARA EXECUÇÃO TOTAL DO PDTI	
Profissionais	Efetivo/MMA	Cedidos/MPOG	PAPEL	Quantidade
Analista Ambiental	08	--	Fiscal Técnico	80
Analista de TI MPOG	--	07	Fiscal administrativo*	40
Técnico Administrativo	06	--	Fiscal Requisitante**	40
* De acordo com a Portaria nº 14 de 31 de janeiro de 2012, os servidores da CGTI além do papel de Fiscal Técnico passaram a exercer o papel de Fiscal Administrativo. ** Todas as contratações de TI de cunho corporativo são requisitadas pela CGTI que acaba acumulando o papel de Fiscal Requisitante, tendo em vista a Portaria 14/2012/MMA.			Gestor de Contratos	40
			Analista de Qualidade	20
			Analista de Requisitos	40

Mesmo considerando o exercício de vários papéis por um mesmo servidor, a quantidade de atividades de gestão de TI é visivelmente incompatível para o quantitativo de pessoal atualmente lotado na CGTI.



Além deste fato, foram delegadas atividades administrativas a partir de janeiro de 2012, por meio da Portaria MMA nº 14 de 31 de janeiro de 2012.

O quadro a seguir apresenta o quantitativo de pessoas disponíveis na CGTI que terão a responsabilidade de gerenciar todas as ações de TI constantes deste PDTI e o compara com a quantidade de servidores que julgamos ser o mínimo necessário para a boa gestão “*respeitando os limites de cada profissional, ou seja, de modo a não sobrecarregar os servidores e comprometer a qualidade da gestão o desempenho de cada pessoa*”.

Quadro de Pessoal Existente na CGTI			Análise da necessidade de pessoal	
Profissionais	Efetivo/MMA	Cedidos/MP	Quantidade Recomendada	Necessidade de pessoas
Analista Ambiental	08	--	15	07
Analista de TI	--	07	12	05
Agente Administrativo	06	--	10	04

Cabe ainda informar que o quantitativo utilizado nestes estudos leva em consideração somente o exercício das atividades gerenciais de TI, uma vez que conforme recomendação da STI/MPOG, os servidores de TI devem direcionar seus esforços para a gestão dos serviços de TI, terceirizando sempre que possível as atividades operacionais, desde que garantida a existência de planos de continuidade de negócio para a sustentação dos principais serviços em situações de interrupções contratuais.



7.10. PLANO DE GESTÃO DE RISCOS

Dentre as principais ações previstas no PDTI, existem aquelas relacionadas à revisão dos planos de continuidade operacional, que deverão ser priorizadas pela CGTI durante toda a vigência deste PDTI.

Os principais riscos relacionados à execução das ações deste PDTI, constam do quadro a seguir:

Risco	Probabilidade	Impacto	Ação	Gatilho	Responsável
Corte Orçamentário	Alta	Atraso das entregas previstas no PDTI	Administrar – atender somente as ações de maior prioridade (buscar novas fontes).	Fim do primeiro trimestre sem a confirmação dos recursos orçamentários.	CGTI
Interrupção de contratos	Baixa	Indisponibilidade de serviços de TI.	Administrar - cumprir plano de contingência.	Descumprimento contratual relevante.	CGTI/CGGA
Atraso dos processos de contratações de serviços essenciais	Alta	Demora ou Indisponibilidade de serviços de TI.	Administrar - cumprir plano de contingência. (Monitorar o processo licitatório)	Proximidade do encerramento do contrato sem indícios de nova contratação.	CGTI/CGGA
Falta de Pessoal para Gestão	Baixa	Dificuldades de gestão contratual	Administrar – efetuar a gestão compartilhada com outras áreas.	Ultrapassar 03 contratos gerenciados pelo mesmo servidor.	CGTI

7.11. PROCESSO DE REVISÃO DO PDTI

Este PDTI foi elaborado para vigência de janeiro de 2016 a dezembro de 2018. Poderá ter revisões anuais ou sempre que o Comitê de TI julgar necessário. O processo de revisão deverá seguir o roteiro constante do Guia de Elaboração do PDTI do SISP no que couber.



7.12. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

7.12.1. Elevação do nível de Governança de TI

Elevação do nível de governança do PDTI, por meio do alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional, visto que a execução do PDTI passa a ser uma entrega monitorada durante a Reunião de Análise Estratégica – RAE.

Este evento ocorre trimestralmente com a participação de todas as autoridades do Ministério do Meio Ambiente, fato de extrema relevância para o alinhamento institucional, uma vez que vai de encontro ao entendimento dos Órgãos de controle quanto a boa gestão e governança de TI, conforme o Acórdão 2.308/2010 – Plenário, In Verbis:

“Governança de TI é o conjunto estruturado de políticas, normas, métodos e procedimentos destinados a permitir à alta administração e aos executivos o planejamento, a direção e o controle da utilização atual e futura de tecnologia da informação, de modo a assegurar, a um nível aceitável de risco, eficiente utilização de recursos, apoio aos processos da organização e alinhamento estratégico com objetivos desta última. Seu objetivo, pois, é garantir que o uso da TI agregue valor ao negócio da organização.” (Grifos nossos)

Desta forma, a vinculação das ações de TI ao Planejamento Estratégico Institucional, atribuiu maior Governança, uma vez que passou a utilizar a RAE como canal de divulgação do andamento das ações do PDTI para a alta administração do Ministério do Meio Ambiente.

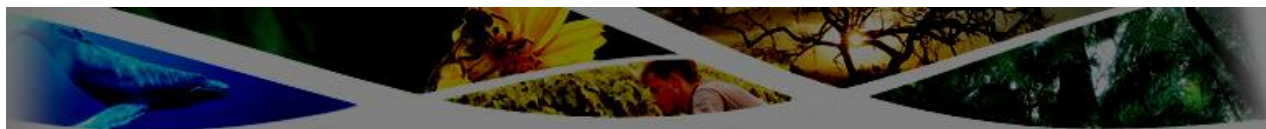
7.12.2. Mapeamento e Modelagem de Processos

As atividades de mapeamento e modelagem de processos devem ser objeto de trabalho contínuo, uma vez que toda a estruturação interna e o gerenciamento das atividades realizadas são mais eficientes e eficazes quando se faz por meio do gerenciamento dos processos.

7.12.3. Capacitação de Pessoal de TI

A evolução tecnológica exige que as pessoas envolvidas com a gestão de TI estejam sempre atualizadas acompanhando as novas tecnologias, de modo que seja possível garantir a melhoria contínua da qualidade da gestão, o uso das melhores práticas disponíveis no mercado e a otimização dos recursos de TI.

Diante deste fato, o Plano de Capacitação dos Servidores de TI deverá ser adotado como ferramenta de extrema importância para o diagnóstico contínuo do nível de conhecimento das áreas da CGTI e ainda como fonte principal para planejamento e priorização dos eventos de capacitação.



7.12.4. Aquisição de Softwares

Todas as aquisições de softwares devem estar alinhadas às necessidades das áreas das secretarias e preferencialmente baseadas em soluções livres ou públicas.

Ainda que exista a preferência deste Ministério pela adoção de softwares públicos, serão necessárias aquisições de softwares proprietários, principalmente softwares prontos do tipo “*software de prateleira*”. Para estes casos, as aquisições deverão ser de forma corporativa reunindo as quantidades suficientes para atender todas as secretarias em processos unificados, evitando-se o parcelamento indevido do objeto e garantindo-se economia em escala.

7.12.5. Gerenciamento da Informação

Orientados por diretrizes do SINIMA, a área de TI do Ministério do Meio Ambiente e dos Órgãos vinculados devem buscar a união de esforços no intuito de que as informações ambientais produzidas sejam compartilhadas entre os diversos Órgãos do Governo e disponibilizadas para o acesso do cidadão, Estados e Municípios, objetivando a otimização dos recursos de TI utilizados por cada Órgão Ambiental para a realização de sua missão junto a sociedade e ao Governo.

7.12.6. Gerenciamento de Sistemas de Informação

O desenvolvimento e aquisição de novos sistemas seguirão padrões e normas claramente estabelecidos na Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas (MDS) do MMA, visando atingir o alinhamento estratégico das áreas de TI preconizado pelo Governo Federal.

As demandas de desenvolvimento de sistemas devem ser aprovadas pelo Comitê de TI, e todo sistema a ser desenvolvido ou customizado deverá se tornar um projeto a ser acompanhado por, no mínimo, 02 (dois) Fiscais Técnicos indicados pelo Coordenador Geral de Tecnologia da Informação.

7.12.7. Métrica e Qualidade

Antes do desenvolvimento de uma aplicação, torna-se necessário estimar o custo do desenvolvimento, por meio da métrica de Pontos por Função ou outra metodologia reconhecida pelos Órgãos de Controle da APF, e para isso, é preciso estimar baseado no modelo do sistema, uma estimativa de custo para aprovação do cliente em relação ao custo x benefícios.

Todos os artefatos gerados no processo de desenvolvimento pela empresa prestadora deverão ser submetidos à aprovação formal em cada fase em que é produzido, impedindo o prosseguimento do desenvolvimento enquanto os artefatos previstos na fase em andamento não forem entregues e formalmente aprovados, garantindo uma documentação consistente e completa. A



verificação da conformidade da qualidade (Quality Assurance) poderá ser feita por uma empresa diferente da que realizou o desenvolvimento.

7.12.8. Segurança da Informação e Uso dos Recursos de TI

Tendo em vista a implementação de novos serviços ao longo dos últimos anos, e ainda devido à ampla quantidade de ferramentas disponíveis para uso pelos servidores do MMA, se faz necessário que a Política de Segurança da Informação seja revisada, e que sejam implementados normativos que regulamentem o uso de todos os recursos de TI do MMA.

7.12.9. Ferramenta de Gestão de Projetos

O Ministério do Meio Ambiente, por meio de uma iniciativa do Departamento de Gestão Estratégica - DGE, vem trabalhando na definição de uma ferramenta de gestão de projetos que deverá ser implementada para todo o Ministério. A ferramenta ainda está em fase de desenvolvimento, desta forma, todos os projetos de TI continuarão sendo registrados no GPWEB, ferramenta em uso na Coordenação Geral de Tecnologia de Informação e Informática, uma vez que utiliza a mesma metodologia baseada no PMBOK.

7.12.10. Política de Aquisição e Descarte de Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Em atendimento ao exposto no artigo 3º da portaria SLTI nº 02/2010 os procedimentos relacionados a aquisição e descarte de equipamentos de TIC, deverão estar de acordo com a Política de Aquisição e Descarte de Equipamentos de TIC, constante do Anexo VIII deste PDTI.



8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O alinhamento das ações de TI às necessidades de negócio obtido por meio da interligação das ações constantes deste documento com aquelas listadas no Planejamento Estratégico Institucional 2014-2022 é fundamental para o planejamento, o diagnóstico e a alocação de recursos de TI, pois aponta as necessidades de TI para o alcance dos resultados pretendidos pelas áreas finalísticas do Ministério do Meio Ambiente. O PDTI do MMA é o instrumento que permitirá o controle da aplicação dos recursos e investimentos em TI. Desta forma, durante a vigência do PDTI do MMA, os resultados das ações planejadas serão apresentados, por meio de Relatório de Execução do PDTI ao Comitê de TI que poderá efetuar correções nas ações para o seu realinhamento em busca dos resultados desejados.

Tendo em vista que a execução do PDTI trata da principal entrega da Coordenação Geral de Tecnologia de Informação e Informática – CGTI, ao Planejamento Estratégico Institucional – PEI, o acompanhamento Institucional de sua execução será efetuado durante as Reuniões de Análise Estratégica – RAE, que ocorrem trimestralmente com a presença de todos os Secretários e autoridades do MMA.



LISTA DE DOCUMENTOS ANEXOS

Anexo I – Relação de Sistemas Legados

Anexo II – Demandas das Áreas de Negócios

Anexo III – Estratégia Geral de TI 2013-2015 – SISP/STI/MPOG

Anexo IV – Circular para os Ministérios sobre Software Livre

Anexo V – Planilha Orçamentária – PDTI 2016-2018

Anexo VI – Relatório de Execução do PDTI 2013-2015

Anexo VII – Política de Aquisição e Descarte de Equipamentos de TIC

Anexo VIII – Plano de Trabalho MMA-MPOG.